



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**



**HOZANA MARIA OLIVEIRA CAMPOS DE AZEVEDO**

**DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES:  
ANÁLISE DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Salvador - BA  
2014

**HOZANA MARIA OLIVEIRA CAMPOS DE AZEVEDO**

**DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES:  
ANÁLISE DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, na linha de pesquisa Produção, Circulação e Mediação da Informação, com o objetivo de obter o grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Nídia Maria Lienert Lubisco

Salvador - BA  
2014

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Azevedo, Hozana Maria Oliveira Campos de.  
Desenvolvimento de coleções de livros : análise do Sistema de Bibliotecas, da Universidade Federal da Bahia / Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo. - 2014.  
111 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia.  
Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2014.

1. Bibliotecas universitárias - Desenvolvimento da coleção. 2. Coleção - Desenvolvimento (Bibliotecas). I. Lubisco, Nídia Maria Lienert. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. III. Título.

CDD 025.21 – 23. ed.

**HOZANA MARIA OLIVEIRA CAMPOS DE AZEVEDO**

**DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: ANÁLISE DO SISTEMA DE  
BIBLIOTECAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 26 de agosto de 2014.

Banca examinadora:

**Nídia Maria Lienert Lubisco** – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Documentação, pela Universidad Carlos III de Madrid  
Universidade Federal da Bahia

**Lina Maria Brandão de Aras** \_\_\_\_\_  
Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo  
Universidade Federal da Bahia

**Maria Teresa Navarro de Brito Matos** \_\_\_\_\_  
Doutora em Educação, pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal da Bahia

Ao meu pai Francisco, referência de amor e doçura.

A minha mãe, mulher 'retada', exemplo de incansável luta.

Aos meus filhos: Christian, Carla e Camila, pela perpetuação da vida.

A Plínio, pela partilha nos sonhos...

A minha irmã 'preferida' Rosângela, pelo carinho, apesar da distância.

Ao meu neto Francisco, que veio para que o amor pudesse sempre ser maior e maior...

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer o carinho, o desvelo, a solidariedade.

A Deus, que nos guia e ilumina pela vida...

Durante a produção da dissertação contei com amor e alento de muitas pessoas...

À minha orientadora, Prof. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco, pelo acompanhamento paciente e profissional, essenciais na concepção deste trabalho

A Professora/amiga, Maria Isabel de Jesus Barreira, que provocou, estimulou e sempre esteve presente em todos os momentos deste processo.

As mestras: Sonia Vieira, Regina Ferreira e Auxiliadora, amigas de fé e imprescindíveis em todos os momentos.

As professoras: Maria Teresa Navarro de Brito Matos e Lina Maria Brandão de Aras, pela disponibilidade de participar da Banca.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), pela orientação, dedicação e aprendizado: Ana Paula de Oliveira Villalobos, Henriette Ferreira Gomes, Maria Isabel de Jesus Barreira, Zeny Duarte, Maria Ieda Gomes e Lídia Brandão.

A Ariston Mascarenhas, Marilene Luzia e Urânia Araújo, sempre prontos a nos presentear com um doce sorriso e muita competência.

À Prof. Dra. Zeny Duarte, Coordenadora do PPGCI, pelo carinho e condução durante a representação discente junto ao Programa.

A Flávia Goulart Mota Garcia Rosa, pela gentileza e disponibilidade sempre presentes.

Aos colegas do Programa: Ana Karina, Andreia Ribeiro, Bruna Andrade, Ilídio Manhique, Maria de Fátima, Jovenice Santos, Pablo Solenidade, Naiara Malta, Leidiane Reis, Babilon Carvalho, Gabriela Santos, pela troca constante de informações e sentimentos.

Aos queridos: Avelino Pereira, Saint Clair Batista e Karoline Régis, pelo auxílio na condução de assuntos acadêmicos/administrativos.

Aos queridíssimos: Jonathas Carvalho, Giovanna Guedes, Marcio Bezerra, Martha Suzana, Alzira, Valdinéia Ferreira, Franklin e Ivana Lins, Marilena Abreu, que nos estimularam com seu conhecimento.

Aos colegas do SIBI que atenderam prontamente minhas solicitações durante a pesquisa e forneceram dados para sua execução.

A Maria das Graças Miranda Ribeiro, que generosamente fornecer documentos de seu acervo pessoal, que foram essenciais para a pesquisa.

A James A. Cogswell, teórico do Desenvolvimento de Coleções, com quem mantive contato por email e que me forneceu material essencial para a pesquisa.

Aos melhores amigos(as) que uma pessoa poderia sonhar... Alexandra Barreto (pela racionalidade), Andrea Rita (pelo conhecimento e carinho), Dilzana Oliveira (pelo carinho, estímulo e pesquisa), Ana Portela (pela doçura), Marivalda Araújo (pelo apoio incondicional), Louise Oliveira (pelo carinho e presença), Alda Silva (por levantar informações 'quase' impossíveis), Lucimar Oliveira (minha irmã! pelas cobranças), Patrícia Magris (pelas madrugadas, regadas a muitas conversas), Levi Alã (o craque das planilhas), Jose Carlos Salles e Samir (dupla dinâmica), vocês me permitiram caminhar e chegar ao final desta jornada...

Por fim, a todos que tenho o prazer e privilégio de dividir minha vida.

A consciência do poder auferido pela custódia do conhecimento estocado é que tem levado o homem, em diferentes espaços, tempos e *status* na hierarquia social, a ocultar a informação - restringindo-a a seletos segmentos da sociedade, os iniciados - ou a disponibilizá-la a largas camadas da população - através das bibliotecas públicas e universitárias.

Nídia M L. Lubisco (2001)



AZEVEDO, Hozana Maria Oliveira Campos de. **Desenvolvimento de coleções**: análise do sistema de bibliotecas da Universidade Federal da Bahia. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar como ocorre o Desenvolvimento de Coleções nas bibliotecas da Universidade Federal da Bahia. Considera as vantagens de se utilizar a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, já instituída e em processo de revisão, como instrumento essencial para o exercício das atividades de planejamento e gerencial das unidades de informação. O problema observado refere-se a que nas bibliotecas universitárias em estudo não há um comportamento uniforme na prática de desenvolvimento de coleções, levando-nos à hipótese de que não adotam a política existente. Na busca de responder a essas questões, estabeleceram-se ainda os objetivos específicos de caracterização e identificação do processo de DC, no âmbito teórico e prático das bibliotecas do SIBI/UFBA. A revisão de literatura trata do desenvolvimento de coleções, trazendo seus principais teóricos e tem como objetivo fundamentar a importância do processo e de mostrar a contribuição advinda de seus estudos e de sua aplicação. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com estudo de caso. O procedimento metodológico buscou, nos depoimentos coletados junto aos 22 gestores do SIBI/UFBA, atender ao objetivo proposto, utilizando como técnica de coleta de dados a entrevista e o questionário. Os resultados encontrados demonstram que ainda não existe uma padronização nos processos das atividades de Desenvolvimento de Coleções no âmbito do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento de coleções. Biblioteca universitária. Política de formação e desenvolvimento de coleções.

AZEVEDO, Hozana Maria Oliveira Campos de. **Desenvolvimento de coleções**: análise do sistema de bibliotecas da Universidade Federal da Bahia. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## **ABSTRACT**

This dissertation's aims to analyze how the Collection's Development occurs (happens) in libraries of the Federal University of Bahia, considers the advantages of using the Collection's Development Formation Policy, already instituted and in process of revision, as essential instrument to realize activities of planning and management of the information unities. The observed problem refers to the facts that in the studied libraries there is no uniform behavior in the practice of Collection's Development (CD), which leads us to the hypothesis that the existent policy is not being adopted. To answer these questions, we established the specific objectives of characterizing and identifying the process of CD in the theoretical and practical scope of the libraries of the SIBI/UFBA. The literature revision recovers the collection's development addressing its most important theoretical, aiming to justify the importance of the process and to show the contribution that comes from its studies and its application. It is a descriptive research with a case study. The methodology attempted to achieve the proposed objective through testimonies collected from 22 SIBI/UFBA managers, using interview and questionnaire as the data collecting method. The found results show that yet doesn't exist a patterning in the processes of Collection's Development activities in the libraries' system scope of the Federal University of Bahia.

**Keywords:** Collection's Development. University library. Collection's formation and development policy.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Desenvolvimento de Coleções. Abordagem estruturalista.	35
<b>Figura 2</b>	O processo de desenvolvimento de coleções	36
<b>Figura 3</b>	Estrutura organizacional do SIBI/UFBA em 2009	52
<b>Figura 4</b>	Panorama atual das bibliotecas SIBI/UFBA	92

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Conhecimento acerca do documento referente à PFDC do SIBI/UFBA	75
<b>Gráfico 1.1</b>	Utilização do documento PFDC do SIBI/UFBA	76
<b>Gráfico 1.2</b>	Motivos para não utilizar o documento	77
<b>Gráfico 2</b>	Etapas da Política do Desenvolvimento de Coleções utilizada pelos gestores respondentes	79
<b>Gráfico 3</b>	Indicação de títulos/obras nas bibliotecas do SIBI/UFBA para aquisição de acervo	81
<b>Gráfico 4</b>	Acesso aos planos de cursos	82
<b>Gráfico 5</b>	Atualização dos planos de cursos	83
<b>Gráfico 6</b>	Aplicação dos quantitativos determinados pelo INEP	84
<b>Gráfico 7</b>	Conhecimento dos gestores da ferramenta "Levantamento bibliográfico MEC	85
<b>Gráfico 8</b>	Existência da comissão de bibliotecas nas bibliotecas do SIBI/UFBA	87
<b>Gráfico 9</b>	Participação da comissão de bibliotecas nas etapas do PFDC do SIBI/UFBA	88

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b>	Modelos teóricos de DC	34
<b>Quadro 2</b>	O desenvolvimento de coleções nos diversos tipos de bibliotecas	37
<b>Quadro 3</b>	Princípios para a criação da PFDC	58
<b>Quadro 4</b>	Comparação da pesquisa quali-quantitativa	71
<b>Quadro 5</b>	Procedimentos adotados no DC das bibliotecas do SIBI/UFBA	90

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRL	Association of College & Research Libraries
BC	Biblioteca Central
BIC	Biblioteca Central
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Coordenação Nacional de Pesquisa
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
DC	Desenvolvimento de Coleções
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IFLA	Federação Internacional das Associações de Instituições Bibliotecárias
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI	Programa de Desenvolvimento Institucional
PFDC	Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções
PNBU	Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias
PNBU	Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias
SIBI	Sistema de Bibliotecas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	15
1.1	OBJETIVO GERAL	18
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
1.3	JUSTIFICATIVA	18
1.4	CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	20
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES</b>	22
2.1	DEFINIÇÕES	25
2.2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS	28
2.3	O PROCESSO DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	38
2.4	RECURSOS ELETRÔNICOS	44
<b>3</b>	<b>POLÍTICA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFBA</b>	46
3.1	SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (SIBI/UFBA)	50
3.1.1	AS COLEÇÕES E SEU DESENVOLVIMENTO	53
3.2	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: ANTECEDENTES E CARACTERÍSTICAS	54
3.3	POLÍTICA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES (SIBI/UFBA)	56
3.3.1	Preliminares de uma trajetória	56
3.3.2	A proposta do SIBI/UFBA	59
3.4	AVALIAÇÃO DO INEP NA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	61
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	66
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	67
4.1.1	Nível da pesquisa	67
4.1.2	Método de investigação	68
4.1.3	Técnica de coleta de dados	69
4.1.4	Abordagem da pesquisa	70
4.2	UNIVERSO DA PESQUISA	72
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA</b>	73
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	94
	<b>REFERÊNCIAS</b>	97
	<b>APÊNDICE</b>	107
	<b>APÊNDICE A - Questionário</b>	108

## 1 INTRODUÇÃO

A biblioteca é vista tradicionalmente como uma instituição social que preserva os saberes produzidos, atuando como mediadora entre os indivíduos e o conhecimento, conhecimento este que, quando assimilado, tem o poder de alterar vidas.

Barbalho (1997, p. 42) considera a biblioteca universitária como uma unidade de informação que não existe como um órgão isolado, estando diretamente ligada e subordinada a uma instituição maior, necessitando conhecer as estratégias institucionais adotadas. Deste modo, com enfoque sistêmico, elabora seu planejamento para atender às necessidades da comunidade acadêmica e administrar adequadamente o patrimônio informacional destinado a seus usuários.

Do ponto de vista histórico-conceitual, a trajetória da biblioteca universitária, no cenário nacional, reflete a própria história da educação no país, marcada pelo espírito colonial, pelo escravismo e influenciada pela Igreja Católica. Tanto é assim que o Brasil foi o último país da América Latina a ter universidade, fato ocorrido somente em 1920, apesar de tentativas anteriores e dos cursos isolados criados ao longo do século XIX. (LUBISCO, 2001)

Segundo Maria Carmen Romcy de Carvalho (1981, p. 17), as bibliotecas universitárias brasileiras se constituíram “[...] de iniciativas particulares isoladas o que propiciou uma verdadeira proliferação de bibliotecas setoriais, pequenas, que mantinham seus acervos fechados, inertes, organizadas de forma artesanal e intuitiva”. Tal fato decorre do modelo adotado na criação das primeiras universidades brasileiras que surgem por meio de uma aglutinação de escolas, faculdades e institutos que *a priori*, em comum só possuíam uma única administração central, mas que em sua quase totalidade permanecia isolada.

Podemos inferir que, como resultado deste processo “[...] suas bibliotecas também atuavam de maneira fragmentada, afastadas dos objetivos das universidades e cresciam desordenadamente, não refletindo em seu acervo as necessidades da comunidade acadêmica [...]” (LUBISCO,



2001). Observamos que, ainda hoje, isto se reflete nas atividades inerentes ao seu desenvolvimento de coleções.

No Brasil, as bibliotecas universitárias seguem as competências de regulação, supervisão e avaliação estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) que, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), se responsabiliza pela operacionalização da Avaliação do Ensino Superior, executando a avaliação, regulamentação e fiscalização do Sistema Educacional Brasileiro, “[...] mediante levantamento estatístico e avaliativo em todos os níveis e modalidades de ensino (censos, avaliação dos cursos de graduação, das instituições, dos concluintes do ensino médio, entre outros”. (INEP, 2011).

Ainda referindo-nos à avaliação das bibliotecas no contexto acadêmico, os instrumentos do INEP, em vigor, consideram as seguintes categorias com seus referenciais mínimos de qualidade: bibliografia básica, bibliografia complementar e periódicos especializados, ou seja, considerando estes critérios, a formação e desenvolvimento de coleções estará apta a oferecer aos discentes de graduação uma bibliografia prevista em seus planos de cursos e na proporção estimada, instituída e formalizada na Política de Desenvolvimento de Coleções.

A despeito das coleções, o processo que implica em sua formação e desenvolvimento deve ser planejado, de forma permanente e contínua, sempre visando a satisfazer as necessidades de informação dos usuários. A etapa de seleção e seus critérios devem estar descritos de forma explícita e objetiva na política de formação e desenvolvimento de coleções, o que permitirá que a coleção contemple não só as recomendações dos órgãos competentes, como as demandas de pesquisa, ao tempo em que racionaliza os recursos.

As três categorias - 1, 2 e 3 - anteriormente citadas são contempladas na etapa de seleção do material bibliográfico, considerada um processo estritamente intelectual ou uma arte, o que denota o distanciamento dos procedimentos técnicos e da gestão em sua administração, já que talento não se adquire. Com a solicitação das bibliografias básica e complementar, a seleção já se desenha como forma a atender ao alunado com o

imprescindível para o cumprimento da ementa proposta, ratificando o modelo criado por Evans (1979 apud VERGUEIRO, 1993), onde o foco principal da seleção deve ser o conhecimento da comunidade na qual o indivíduo está inserido. Portanto, a necessidade informacional do usuário deve ser a questão norteadora do processo de DC, para que seu acervo esteja constituído em atenção ao seu uso.

Segundo Weitzel (2006, p. 18), para atingirmos o propósito de desenvolver o acervo de forma satisfatória, faz-se necessária a elaboração de um documento formal - *Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções* - elaborado por uma equipe interdisciplinar que expresse o interesse da instituição que a mantém e da comunidade a que serve, permitindo a padronização de procedimentos e garantindo a continuidade do processo de DC em bibliotecas. Este aspecto será tratado com maiores detalhes na seção 3 desta pesquisa, intitulada *Política de formação e desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas da UFBA*.

Compreende-se Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções como: “[...] um processo de identificação dos pontos fortes e fracos do acervo da biblioteca, considerando as necessidades dos usuários e os recursos existentes, devendo ser verificado por avaliações sistemáticas [...]” (EVANS, 1979 apud VERGUEIRO, 1993). Diante do exposto, percebemos o quanto o estabelecimento de uma política pode contribuir com a qualidade dos serviços prestados pela biblioteca e com a execução das atividades desenvolvidas pela equipe responsável por sua manutenção.

A questão **problematizadora** desta pesquisa está centrada em identificar o processo de desenvolvimento de coleções no âmbito das bibliotecas da Universidade Federal da Bahia, considerando que existe uma política em vigor.

O tema em questão está contemplado na Linha de Pesquisa 1 - Políticas e Tecnologias da Informação – e na área de concentração Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Ao reconhecer a complexidade do processo de desenvolvimento de coleções, esta pesquisa adota como **objetivo geral**:

### 1.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar de que forma ocorre o processo de desenvolvimento de coleções das bibliotecas da Universidade Federal da Bahia e se esse processo segue as prerrogativas da Política específica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas (SIBI).

### 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) Caracterizar o processo de desenvolvimento de coleções do ponto de vista teórico;

b) Identificar o processo de desenvolvimento de coleções no âmbito das bibliotecas da Universidade Federal da Bahia;

c) Analisar o PFDC empregado pelos gestores do SIBI em suas unidades informacionais.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A gestão de unidades de informação tem suas particularidades. Em se tratando das bibliotecas universitárias brasileiras, grande parte convive com problemas estruturais e organizacionais, como orçamento reduzido, pessoal insuficiente, espaço reduzido e inadequado. Esta situação dificulta sua gestão, que se constitui em um conjunto de atividades que devem estar em consonância com a instituição à qual esteja ligada.

No decorrer de nossa experiência profissional, percebemos que o comportamento dos usuários de bibliotecas tem se tornado mais propositivo. As cobranças quanto à qualidade e eficiência dos serviços prestados passam a fazer parte da rotina dos gestores de unidades de informação. Assim, entendemos ser necessária a formação de parcerias com a comunidade, quando se busca adequar os serviços prestados aos anseios e necessidades dos solicitantes.

Como responsável pela gestão de uma das bibliotecas universitárias<sup>1</sup> do SIBI/UFBA e membro da comissão que, em 2010, elaborou a *Proposta de Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFBA*, constatamos que, frequentemente, os usuários se queixam da falta de material bibliográfico recomendado por seus professores e que deveriam constar do acervo da biblioteca. Somado a isto, recebemos listas de títulos a serem adquiridos por parte de alguns docentes, sem nenhuma especificação do que seja bibliografia básica ou complementar, ou mesmo a informação da disciplina que irá atender.

Tais fatos nos trouxeram inquietações e questionamentos quanto à presteza e eficiência do serviço oferecido pela biblioteca onde atuamos, no que concerne ao atendimento às demandas por informação por parte de nossos usuários, mais especificamente os discentes de graduação, parte fulcral da nossa pesquisa.

Como oferecer ao nosso usuário a informação ou conteúdo de que ele necessita para empreender seus estudos e/ou suas pesquisas? Estas demandas insatisfeitas só ocorrem em nossa unidade? Como ter acesso às indicações de conteúdos informacionais, solicitadas pelos docentes aos seus alunos? Estes foram alguns dos fatores que motivaram esta pesquisa e seus resultados podem contribuir para o desempenho dos profissionais bibliotecários que atuam no Sistema de Bibliotecas.

O campo de pesquisa é a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em específico o seu Sistema de Bibliotecas (SIBI), o que se justifica pelo fato da pesquisadora fazer parte do quadro de bibliotecários/as que atuam em uma de suas maiores unidades e de estar em contato com as demandas/solicitações dos corpos docente e discente.

Quanto à sua caracterização, trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo. Os resultados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa pela técnica de análise de conteúdo.

---

<sup>1</sup> Dentre as 22 unidades que atualmente compõem o SIBI/UFBA, as quatro maiores bibliotecas em volume de acervo foram denominadas bibliotecas universitárias: Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa (BURMC); Biblioteca Universitária de Saúde Professor Álvaro Rubim de Pinho (BUS); Biblioteca Universitária Bernadeth Sinay Neves (Escola Politécnica) e Biblioteca Universitária Isaías Alves (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Instituto de Psicologia).

A população estudada é composta por 22 gestores do Sistema (SIBI/UFBA) e os instrumentos de coleta de dados foram a entrevista e o questionário, ambos semiestruturados.

Este estudo buscou, mediante a análise dos questionários aplicados, obter informações dos bibliotecários gestores do SIBI/UFBA acerca do processo de DC em sua prática e se este está sendo executado em consonância com a política do SIBI.

#### 1.4 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A pesquisa baseou-se em princípios que apontam a necessidade de conhecer a prática dos gestores quanto ao processo de desenvolvimento de coleções. Considera-se que os procedimentos presentes na PFDC podem não só racionalizar custos e espaços, mas também auxiliar o acesso à informação de qualidade para os usuários.

Decidiu-se por estudar o processo de DC nas 22 bibliotecas, compreendendo que essas práticas, quando cumpridas todas as etapas do processo, mostram-se essenciais na gestão da unidade de informação, como constatamos durante a revisão de literatura, feita em livros técnicos, teses, dissertações, artigos de periódicos, anais, dentre outros materiais consultados.

Após a revisão de literatura sobre o tema em questão, tomou-se como ponto de partida as entrevistas, aplicadas mediante um roteiro aos bibliotecários(as) gestores(as) das quatro bibliotecas universitárias, selecionadas por terem coleções que contemplam várias áreas do conhecimento. O resultado dessas entrevistas deu origem à categorização dos principais aspectos comuns a todos os respondentes. De posse da referida categorização, elaboramos o questionário, aplicado aos 22 gestores citados.

Com vistas à melhor compreensão do estudo, esta dissertação está organizada em seis seções, a saber:

A seção 1, **Introdução**, onde se delinea a contextualização do tema, motivação, justificativa e alguns aspectos da metodologia da pesquisa.

A seção 2 que se segue, **Desenvolvimento de Coleções**, destina-se às considerações sobre o objeto da pesquisa, fundamentadas por teóricos que analisaram o tema.

Em seguida, a seção 3, **Política de formação e desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas da UFBA**, que almeja consubstanciar o entendimento sobre o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia, apresentando algumas considerações relacionadas à sua evolução histórica e organizacional até criação do SIBI em 2009.

A seção 4, **Procedimentos metodológicos**, versa sobre a metodologia adotada para desenvolvimento do estudo, em busca do cumprimento dos seus objetivos.

A seção 5, **Discussão e análise de dados**, discorre sobre os resultados obtidos a partir da pesquisa, relacionando-os com os teóricos que fundamentaram o estudo.

Por fim, a seção 6, destinada às **Considerações Finais**, encontra-se, de forma sintética, os resultados da pesquisa e aponta possíveis caminhos para futuras investigações em torno do tema.

Desse modo, ao propor a exploração dessa problemática, a presente pesquisa pretende contribuir com os estudos sobre desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias, em especial àquelas pertencentes ao SIBI/UFBA.

## 2 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

'Aristóteles é o primeiro, ao que se sabe, a ter reunido uma coleção de livros e a ter ensinado aos reis do Egito a maneira de organizar uma biblioteca'. A acumulação pura dos livros deve ser acompanhada de um projeto intelectual, de uma ordenação, uma 'sintaxe'. (JACOB, 2000, p. 46)

O presente capítulo objetiva apresentar a base teórica utilizada como suporte à construção do trabalho desenvolvido, trazendo definições e fundamentos, acerca do tema - Formação e Desenvolvimento de Coleções.

A literatura biblioteconômica nos apresenta várias nomenclaturas utilizadas para definir o Desenvolvimento de Coleções (DC), dentre as quais podemos citar: seleção de livros, construção de coleções, administração de coleções, gestão de acervos.

Durante este estudo, utilizaremos o termo Desenvolvimento de Coleções, por ser o que melhor se aplica ao contemplar todas as etapas dessa atividade. Podemos perceber a complexidade de suas ações pela profusão de terminologias encontradas.

Os estudos e práticas sobre DC se desenvolveram largamente na história da Biblioteconomia global e nacional com diversas dinâmicas processuais no âmbito da formalização inicial como seleção e aquisição, no âmbito da formalização procedimental como avaliação e troca e no âmbito finalístico como descarte, desbastamento, entre outros de estruturação e politização de acervos em bibliotecas dos mais diversos tipos.

Embora as relações entre o Desenvolvimento de Coleções e a Biblioteconomia no Brasil, em especial, por estudos e aplicações profissionais ocorram de modo expressivo, podemos afirmar que com o advento da Ciência da Informação (CI) os estudos sobre Desenvolvimento de Coleções ganharam novos fôlegos, embora possamos atestar, em princípio, que a fundamentação teórica do assunto no campo da Ciência da Informação ainda é muito restrita.

Quais possíveis relações entre o Desenvolvimento de Coleções e a Ciência da Informação? Podemos listar os seguintes aspectos relacionais que são diretos e indiretos:

- a) o advento e desenvolvimento da Ciência da Informação oportunizou pensar de forma mais ampla os estudos sobre Políticas de Desenvolvimento de Coleções pautados nas contribuições para o desenvolvimento informacional das bibliotecas e das comunidades de usuários em si, pois como ressalta Klaes (1991, p.31) "o desenvolvimento de coleções constitui uma das atividades mais importantes, na medida em que dela depende a provisão dos recursos informacionais da biblioteca";
- b) aproximou as relações entre Desenvolvimento de Coleções e Estudos de Usuários em sistemas de informação e, por conseguinte, a própria comunidade de usuários tornando-os interdependentes em termos de políticas informacionais em bibliotecas, arquivos, museus e derivados, sendo esta relação definida especialmente no contexto da seleção, já que "a seleção dos documentos é uma operação intelectual delicada que deve ser realizada por responsável competente no assunto tratado, em colaboração com os usuários (GUINCHAT; MENO, 1994, p.83);
- c) oportunizou pensar o Desenvolvimento de Coleções para além dos livros, isto é, toda política de coleções deve ser pensada a partir do significado informacional para a comunidade de usuários e como sistema de cooperação entre sistemas de informação, notabilizando que o Desenvolvimento de Coleções envolve diversos tipos de suportes documentais, como periódicos, materiais digitais e o ciberespaço como fonte de acesso à informação no cotidiano dos usuários;
- d) o Desenvolvimento de Coleções vem se baseando como perspectiva de abordagem para o acesso à informação (WEITZEL, 2012) e não apenas como processo para crescimento quantitativo de acervo do sistema de bibliotecas;



- e) com o Desenvolvimento de Coleções é possível pensar ainda no aprimoramento dos estudos métricos de informação, pois a partir de um controle notável do acervo e do potencial informativo do sistema de informação é possível a aplicação das metrias informacionais, tanto em nível físico, quanto em nível digital;
- f) o desenvolvimento da CI se deu amplamente na constituição de estudos e práticas de políticas de informação podendo ser o Desenvolvimento de Coleções uma ação concreta de política informacional em sistemas de informação, inclusive digitais/virtuais com a finalidade de nortear práticas informacionais através do uso adequado e dinâmico do acervo;
- g) o Desenvolvimento de Coleções é pautado na perspectiva de satisfazer necessidades de informação dos usuários no sentido de que o desenvolvimento de coleções tornou-se um recurso para se administrar às coleções de acordo com os interesses e o perfil daqueles que necessitam de informações específicas. Esse processo funciona como filtro do conhecimento registrado. (WEITZEL, 2002, p.3);
- h) a prática do Desenvolvimento de Coleções pode conceber perspectivas para pensar novas formas de acesso à informação em bibliotecas digitais e em periódicos científicos eletrônicos contribuindo para uma cultura do acesso permanente e livre à informação. Conforme Alfino e Pierce (2001) o advento da Internet se estabelece como um desafio ao princípio de neutralidade do bibliotecário e dos cientistas da informação, pois a diversidade crescente da informação disponível em rede desafia os conceitos de “desenvolvimento de coleções” e dos “serviços de referência”. A importância do Desenvolvimento de Coleções para o acesso aos periódicos ocorre através de critérios na seleção de que um título de periódico é considerado a partir da avaliação do uso do título pelos usuários, para poder mensurar o custo/benefício de manutenção da coleção (SANTOS; ARELLANO, 2006) exigindo permanente construção da Política de Desenvolvimento de Coleções e de uma

equipe qualificada de profissionais mantenedores.

As relações entre Desenvolvimento de Coleções e Ciência da Informação não se dão no campo epistemológico deste campo em si, mas principalmente no campo pragmático em que os fundamentos da Ciência da Informação podem contribuir para novas práticas políticas de Desenvolvimento de Coleções, bem como o Desenvolvimento de Coleções pode contribuir para a Ciência da Informação (re)pensar como se dão práticas em ambientes de politização informacional nos sistemas de informação.

Assim, o Desenvolvimento de Coleções ganha um olhar mais cientificista quando se estrutura nos níveis de diálogo entre as práticas acadêmico-científica e profissional aprimorando os fazeres do Desenvolvimento de Coleções e do campo da Ciência da Informação.

## 2.1 DEFINIÇÕES

Para Evans (apud VERGUEIRO, 1993), o desenvolvimento de coleções é um processo de identificação dos pontos fortes e fracos do acervo da biblioteca, quanto às necessidades dos usuários e aos recursos existentes, devendo ser verificado por avaliações sistemáticas.

Um conjunto de procedimentos formado por seis etapas interdependentes: estudo da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, avaliação e desbastamento.

O DC busca a qualidade da coleção, independente do suporte a que a informação esteja vinculada e sempre visando atender as demandas da comunidade a que se destina. Segundo Carvalho e Klaes (1991, p. 3), o DC

[...] pode ser definido como um conjunto de atividades caracterizado por um processo decisório que determina a conveniência de se adquirir, manter ou descartar materiais bibliográficos, tendo como base critérios previamente estabelecidos.

Na sequência, Negrete (1993, p. 5), define o Desenvolvimento de Coleções como [...] el proceso que permite a la biblioteca construir una colección de materiales documentales que responde a las necesidades de información y requerimientos de servicios por los usuarios."

A ênfase nas necessidades dos usuários também é pontuada por Santos e Ribeiro (2004 apud RODRIGUES, 2008, p. 24), quando conceituam como "Um processo que pretende satisfazer as necessidades de informação dos usuários de forma econômica e dentro de um período razoável de tempo usando os recursos internos e externos da organização."

Já para Leite e Paiva (2006, p. 1-2) é "[...] um processo de planejamento e de tomada de decisão que se estende desde a seleção dos recursos informacionais para a constituição de acervos de unidades de informação até a avaliação de coleções."

Raymundo Machado, professor do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, em mensagem pessoal enviada a Kátia Rodrigues (2008, p. 25), define a formação e o DC como sendo:

[...] um processo gerencial que requer o monitoramento constante do meio ambiente, interno e externo, a fim de subsidiar a tomada de decisão nas atividades que compõem o processo, ou seja, estudo da comunidade, seleção, aquisição, preservação/conservação, avaliação de coleções e desbastamento.

No *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*, seus autores (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 120) tratam o verbete Desenvolvimento de Coleções, como

[...] planejamento para aquisição de material bibliográfico de acordo com o interesse dos usuários. Pode incluir a avaliação sistemática do tamanho e da utilidade do acervo em relação aos objetivos da biblioteca, dos usuários e da organização à qual a biblioteca está subordinada.

Antônio Miranda, em entrevista concedida a Larissa da Costa e Silva (2011, p. 64), traz o termo "acervamento", justificando sua preferência pelo uso desse neologismo. Segundo ele,

[...] por uma razão muito simples: políticas de desenvolvimento de acervos, ou o desenvolvimento de acervos é mais burocrático do que seria o termo acervamento. Porque 'mento' quer dizer inteligente, a lógica, um processo mental. Isto significa que o bibliotecário responsável pela coleção deve ser um criador. Ele não é um burocrata. Ele é uma pessoa que assina o processo numa criação permanente de um acervo.

A declaração de Miranda remete à questão administrativa das bibliotecas, em que os processos burocráticos costumam ser entraves ao bom andamento do DC. Nesse contexto, de acordo com Simone da Rocha Weitzel (2012, p. 180), professora e pesquisadora da área de Desenvolvimento de Coleções, é preciso deixar claro que “[...] formar e desenvolver coleções vai mais além que selecionar e adquirir obras.”

Para Weitzel (2012, p. 180), “A literatura da atualidade define desenvolvimento de coleções como um processo cíclico e ininterrupto [...]”, formado pelas fases já mencionadas anteriormente, quais sejam: estudo da comunidade (perfil da comunidade<sup>2</sup>), políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação.

O Desenvolvimento de Coleções tem um caráter mais abrangente, para além da seleção e da aquisição. Essas etapas compõem um processo de planejamento, que requer as demais etapas para completar-se. Portanto, nos dias atuais, a impossibilidade de armazenar tudo o que foi escrito e publicado faz do “[...] processo de desenvolvimento de coleções uma estratégia, um mecanismo para viabilizar um espaço social que expresse os anseios de um segmento da sociedade em relação às suas necessidades informacionais”. (WEITZEL, 2006, p. 180)

---

<sup>2</sup> As bibliotecas universitárias, especializadas e escolares, diferentemente das públicas, têm um público pré-definido, fato que, em princípio, dispensaria um estudo de comunidade; no entanto, para conhecimento de questões específicas, pontuais, ele pode e deve ser aplicado.

## 2.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A temática Desenvolvimento de Coleções começa a permear as ações administrativas das bibliotecas durante as décadas de 1950 e 60, quando ocorreu o crescimento dos recursos informacionais e, conseqüentemente, com uma maior oferta de material bibliográfico.

De acordo com Weitzel (2009, p. 2), em sua pesquisa *Origem e fundamentos do ensino do desenvolvimento de coleções no Brasil: a partir da 1ª fase do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional*, foi na década de 1960 que essa terminologia Desenvolvimento de Coleções se consolidou como um processo voltado para o “[...] acesso, para o usuário, para a missão institucional – enfim, como uma estratégia para lidar com a explosão informacional.” No entanto, segundo Figueiredo (1982, p. 1) foi durante o Renascimento o que o processo de seleção foi tratado de modo mais sistemático através de Gabriel Naudé em *Avis pour dresser une bibliotheque*, de 1627.

A profusão de publicações, ocorrida à época, foi objeto de estudos pelo físico britânico Solla Price<sup>3</sup>, criador da “Lei do crescimento exponencial da ciência” que alertava quanto à necessidade de se planejar sistematicamente as aquisições, para não permitir o “inchaço” da coleção.

A “explosão bibliográfica científica” teve seu ápice no pós-guerra, na segunda metade do século XX, quando grandes investimentos governamentais em pesquisa e desenvolvimento promoveram avanços científicos e tecnológicos, o que fez com que a produção editorial se acelerasse, produzindo uma reação definida por Bradford<sup>4</sup> como “o caos documentário”. O estudioso preocupou-se com a dispersão da informação

---

<sup>3</sup> Derek John de Solla Price (1922-1983) chamou de “lei do crescimento exponencial da ciência”, o fato de que, nas áreas gerais, o crescimento ocorre exponencialmente, enquanto que nas subáreas, após uma fase inicialmente linear, ele se transforma também em exponencial; ademais, apontou que em um período entre 10 e 15 anos a coleção teria seu volume duplicado, independente de pressões externas, como guerras e súbitas descobertas científicas. (BRAGA, 1974)

<sup>4</sup> Samuel Clement Bradford (1878-1948) foi um matemático britânico, bibliotecário e documentalista no Museu da Ciência, em Londres. Em 1934, desenvolveu a “lei da dispersão” relacionada à dispersão da literatura periódica científica, também conhecida como a Lei de Bradford. (GUEDES, 2012, p. 82)

nos periódicos, livros, artigos e em outros documentos, evidenciando que nem toda a informação se revela útil em tempo e espaço diferentes.

Podemos fazer uma analogia do processo desencadeado pela explosão bibliográfica com as mudanças promovidas pela invenção da imprensa de Gutenberg (1448), já que ambas impulsionaram o surgimento de novos comportamentos e técnicas, mudando nossa forma de agir e pensar. A referida comparação é validada com a observação feita Weitzel (2002, p. 62), quando ressalta que

[...] a origem da explosão bibliográfica está relacionada com a invenção da imprensa de *Gutenberg*, em 1448, período marcado pelo florescimento do conhecimento técnico-científico livre dos auspícios da Igreja Católica. Através desse instrumento surgiu a possibilidade de reprodução em série do conhecimento registrado, o que desencadeou, ao longo de seis séculos, o aumento exponencial do volume de publicações editados no mundo [...]

Weitzel (2002) salienta ainda que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia impulsionou a comunicação científica formal, resultando na multiplicação de textos publicados. Esse processo de aquisição e comunicação formal do conhecimento especializado, caracterizado pelo ciclo documentário, desencadeou a necessidade de maior controle bibliográfico para facilitar a busca de material relevante destinado a apoiar novas pesquisas.

Assim, já não era mais possível colecionar em bibliotecas tudo o que se publicava no mundo, nem tampouco saber ou ler tudo na mesma velocidade na qual a informação estava sendo produzida. Esse fator remete à ideia da grande biblioteca universal de Alexandria que, segundo Christian Jacob (2000, p. 51), pretendia estabelecer uma nova relação entre tempo e espaço:

Há o tempo da busca dos livros, de sua acumulação progressiva que visa criar uma memória total, universal, abolindo a distância com o passado para propor num mesmo lugar de conservação todos os escritos humanos, os vestígios do pensamento, da sabedoria e da imaginação. A coleção afirma uma vontade de domínio intelectual ao impor uma ordem à acumulação de livros e de textos provenientes de regiões e de épocas muito variadas.

Retomando ao fato da explosão bibliográfica, Robredo e Cunha (1986, p. 3) explicam que,

[...] com a explosão da investigação científica e técnica, aparece um fenômeno completamente novo na história da humanidade: o homem curioso não consegue descobrir por si mesmo a existência dos documentos que lhe interessam e não dispõe de tempo para ler tudo aquilo que é publicado na sua área de interesse [...]

Frente à impossibilidade do homem de se apoderar de todas as informações produzidas e não dispor de tempo para ler tudo aquilo que é publicado na sua área, Weitzel (2002, p. 63) afirma que

[...] o desenvolvimento de coleções tornou-se recurso fundamental para se administrarem as coleções de acordo com os interesses e o perfil daqueles que necessitam de informações específicas. Esse processo funciona como filtro do conhecimento registrado, separando o joio do trigo para *consumo* adequado. Exige do bibliotecário e de sua equipe de especialistas grande capacidade de análise da informação para selecionar as mais relevantes e pertinentes produzidas em cada área de interesse.

De acordo com Vergueiro (1989), o termo DC passa a ser adotado somente no século XX, especificamente a partir da década de 1960. Às mudanças ocasionadas pelo crescente aumento da produção bibliográfica foram mencionadas por Vergueiro (1993, p. 20) no que tange à inexperiência dos bibliotecários brasileiros em administrar suas coleções. Ele atrela, dentre outras questões, o fato dos cursos de Biblioteconomia apenas em 1982 incorporarem ao seu currículo de graduação a matéria técnica chamada Formação e Desenvolvimento de Coleções, que trazia ementa “[...] princípios e políticas de seleção: formas, recursos, procedimentos e legislação para aquisição; princípios e técnicas de avaliação de coleções; conservação de coleções; política de expansão da biblioteca”.

Com a oferta da disciplina DC no curso de Biblioteconomia, os estudantes começam a se capacitar para formular princípios e métodos e a empregar técnicas para formação, desenvolvimento e avaliação das coleções, possibilitando maior compreensão da necessidade de conservação dos

diversos suportes físicos do conhecimento e de tratar adequadamente cada tipo de coleção, segundo suas particularidades e o público a qual se destina.

É importante dizer que naquele momento o *status* das bibliotecas era mensurado pela quantidade de seu acervo, o que somado a falta de planejamento favorecia o crescimento desordenado das coleções. Na sequência desse raciocínio, Vergueiro (1993) menciona que ao final da década de 1960 e início dos anos 70 desencadeou-se na Biblioteconomia internacional, mais precisamente nos Estados Unidos da América, o “movimento para o desenvolvimento de coleções”, o qual foi tardiamente absorvido no Brasil, até que os bibliotecários e administradores percebessem que era praticamente impossível acompanhar o ritmo de crescimento da produção de materiais informacionais sem que fossem repensados alguns procedimentos.

Trata-se de um período em que a literatura biblioteconômica se fez abundante, focando o DC como uma nova especialidade que determinou mudanças estruturais na organização do conhecimento registrado, visando à sua disseminação.

Nas palavras de Vergueiro (1989), o *boom* do desenvolvimento de coleções proporcionou um aumento substancial de publicações na área, como teses e dissertações, manuais especializados, artigos, periódicos especializados, títulos de seções e enfoques de anais de revisão e principalmente pesquisas sobre o tema.

Diante de tantas mudanças e desafios, os profissionais bibliotecários passam a atentar, ainda mais, para o desenvolvimento de suas coleções, com o objetivo de “evitar” o problema da “explosão bibliográfica” o que tornava imprescindível a adoção de políticas criteriosas para o seu desenvolvimento. O desafio proposto era o de buscar o equilíbrio e racionalizar as etapas previstas no processo, como o pessoal necessário para o processamento técnico, o espaço a ser ocupado pelo acervo, dentre outros, visando a facilitar a avaliação e o desbastamento.

A inquietação causada pelos fatos acima fez surgir na Biblioteconomia uma nova especialidade – o Desenvolvimento de Coleções, provocando mudanças estruturais na organização do conhecimento registrado, e



principalmente, em sua disseminação. O objetivo maior passou a ser o de reunir os documentos que contenham a informação e que a mesma seja a necessária para que o usuário alcance um novo estado de conhecimento.

O fato é que os profissionais responsáveis pela administração das bibliotecas viram-se confrontados com o desafio de mudar a forma como até então tratavam suas coleções, passando do foco de acumulação/armazenamento, para o acesso a elas, destacando-se o compartilhamento de materiais informacionais e passando a repensar, não só os métodos utilizados para o controle da coleção, como a mudança de comportamento até então vigente.

Para Vergueiro (1989, p. 13), vários são os fatores que implicam esta mudança de comportamento, que tem na seleção um cuidado que busca evitar redundâncias nas bibliotecas universitárias e acadêmicas. Dentre esses fatores, podemos elencar:

- a) As **questões financeiras**, que impactam na coleção e em sua acomodação, já que estas precisam de espaço para se desenvolver de forma coerente e, também, devido ao fato que as bibliotecas raramente dispõem de espaço físico e de pessoal suficiente para o seu crescimento;
- b) As **questões técnico-científicas** ocupam um lugar de destaque, por não ter como acompanhar a produção bibliográfica oferecida e a profusão de materiais, como periódicos, discos, filmes, diapositivos, entre outros; e
- c) As **questões de tratamento e acomodação** adequados e diferenciados para inserção dos citados materiais na coleção.

A limitação quantitativa de materiais a serem adquiridos se faz obrigatória, não só pela questão orçamentária, mas também pelo fato de que eles deverão ser tratados, organizados e armazenados, o que está intrinsecamente ligado ao uso racional e efetivo da informação, em que o limite de seu uso passa a ser o limite do conhecimento recuperável.

As mudanças comportamentais não param aí, os usuários, conscientes de seus direitos passam a exigir sua participação nos processos de desenvolvimento de coleções de material informacional das bibliotecas, o que vem coadunar com o que escreveu, em 1962, Monroe (apud FIGUEIREDO, 1998, p. 17) “[...] a coleção da biblioteca contribui com informação. Deve ir ao encontro das demandas de informação, feitas pelos indivíduos e pela sociedade [...]”.

A esse respeito, Weitzel (2002, p. 64) complementa que

[...] as *coleções* passaram, então, a ser um produto resultante das necessidades institucionais e, conseqüentemente, de seus clientes internos e externos. Aquele modelo de bibliotecas centrado no armazenamento para fins de preservação do conhecimento deu lugar a novo modelo baseado no acesso às informações de interesse a partir de estoque ilimitado de conhecimento.

Neste sentido, Weitzel (2002) pondera que desenvolver coleções é, portanto, uma atividade técnica, comprometida com a sistematização de determinada área, sob o enfoque institucional em relação aos interesses de quem mantém a biblioteca. Trata-se, portanto, da construção de um pequeno núcleo temático em bases definidas e determinadas, o qual dá sentido ao que está disperso no mundo caótico das informações. O DC procura organizar o conhecimento registrado sob enfoques e filtros específicos – uma solução técnica desencadeada pela explosão bibliográfica.

Vergueiro (1993, p. 3), em seu artigo intitulado *Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais*, apresenta alguns modelos teóricos elaborados por estudiosos que abordam a Formação e Desenvolvimento de Coleções e suas peculiaridades, apresentados no Quadro 1, a seguir:

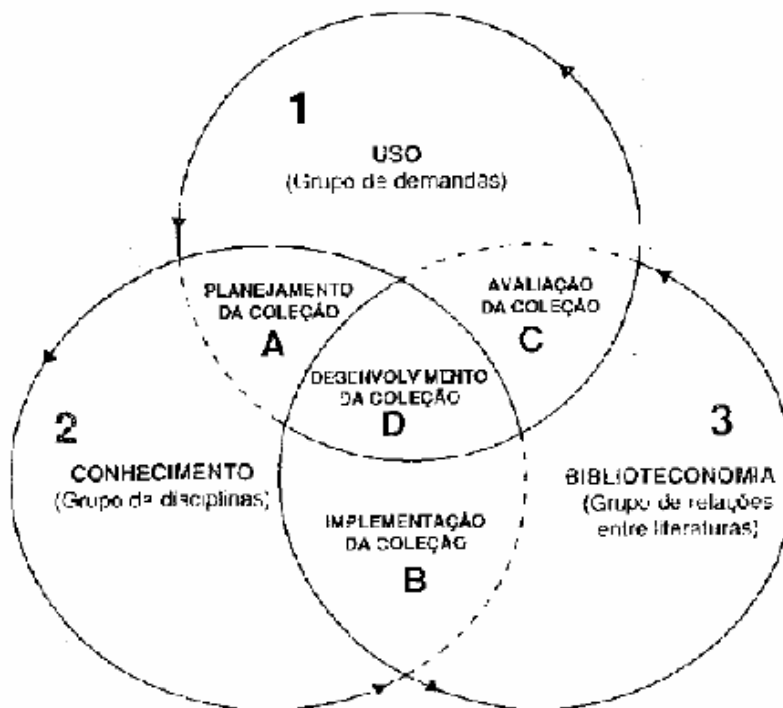
**Quadro 1** – Modelos teóricos de Desenvolvimento de Coleções

TEÓRICOS	ABORDAGEM	FASES do DC	REPRESENTAÇÃO
Hendrick Edelman	Hierárquica	a) planejamento	Primeiro nível: DC, visto como uma função de Planejamento.
		b) seleção	Segundo nível: Seleção como função direta do DC.
		c) aquisição	Terceiro nível: Aquisição, entendida, como a implementação das decisões de seleção
James C. Baughman	Estruturalista	a) pelo uso; b) pelo conhecimento; c) pela biblioteconomia.	O DC é o entrecruzamento de planejamento, implementação e avaliação de coleções
G. Edward Evans	Sistêmica	a) Identificar os pontos fracos; b) Identificar os pontos fortes.	O DC é um processo ininterrupto de caráter cíclico, onde todas as etapas estão em pé de igualdade e girando em torno dos profissionais bibliotecários.
Charles B. Osborn	Sistêmica	a) Sistema de serviço ao público; b) Processo de tomada de decisões; c) Aquisição e retenção dos materiais.	Os três são conceitos chave para entendimento global dos objetivos e propósitos do DC.
James A. Cogswell	Sistemática	a) planejamento; b) composição; c) orçamentação; d) avaliação; e) uso das coleções;	Cogswell, criou modelos organizacionais aplicáveis exclusivamente às bibliotecas universitárias.

**Fonte:** Adaptado de Vergueiro (1989)

Apresentam-se em detalhe, conforme indicado no quadro anterior, os modelos teóricos para desenvolvimento de coleções, concebidos por Baughman e por Evans, considerando tratar-se de clássicos da área.

**Figura 1-** Desenvolvimento de coleções. Abordagem estruturalista.

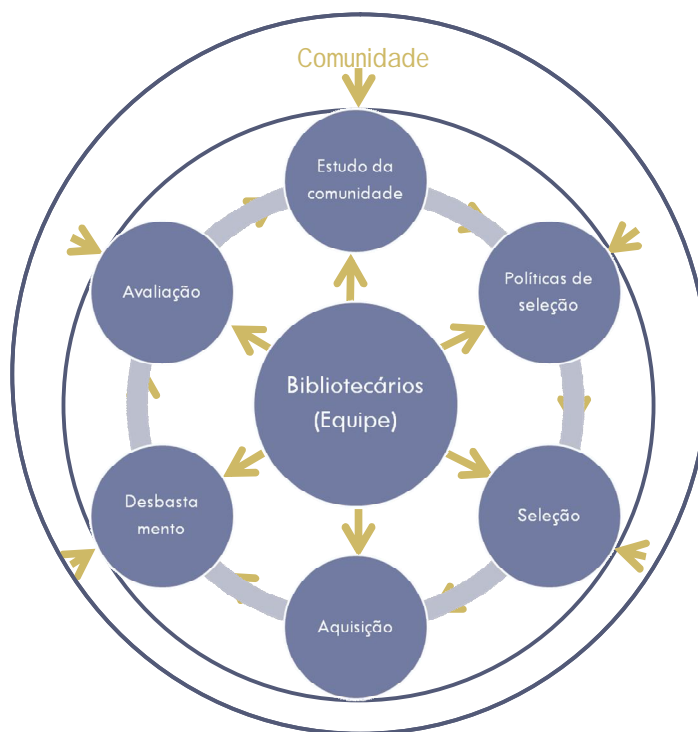


Fonte: Baughman (1979)

Analisando a Figura 1, podemos perceber que para Baughman o DC está no centro do processo e organizado de forma estrutural, significando a interação entre o planejamento, implementação e avaliação de coleções.

Assim, com o entrelaçamento desses conceitos teremos uma política de desenvolvimento de coleções, complementar, cíclica e auto-aperfeiçoável. Pronta para ser aplicada às tarefas biblioteconômicas.

**Figura 2** - O processo de desenvolvimento de coleções



**Fonte:** Evans (1979 apud VERGUEIRO, 1993, p. 17)

Analisando a Figura 2, observa-se que a comunidade é a primeira etapa a ser tratada e interfere na realização das demais, exceto na aquisição. O autor enfatiza o caráter cíclico do desenvolvimento de coleções, sem que uma etapa chegue a distinguir-se ou sobrepor-se às demais. Todas estão em igualdade de condições, em torno do bibliotecário, gestor de todas as etapas.

Nesse sentido, o estudo da comunidade é o principal objetivo do processo, já que tudo decorre das demandas informacionais que se pretende suprir. O bibliotecário deve traçar rigorosamente o perfil de seu usuário, conforme tratado na nota 1, pois esta etapa irá subsidiar todas as outras.

A título de um melhor entendimento sobre os diferentes procedimentos utilizados para desenvolver coleções em bibliotecas específicas e, conseqüentemente, para um público específico, apresentamos o Quadro 2, a seguir:

**Quadro 2** – O desenvolvimento de coleções nos diversos tipos de bibliotecas

<b>Tipo de biblioteca (público)</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Predominância de coleções</b>	<b>Ênfase no processo de DC</b>
Universitária (comunidade acadêmica)	Apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão	Livros e periódicos técnico-científicos	avaliação, desbastamento
Especializada (técnicos especialistas)	Atender aos objetivos e metas da instituição mantenedora	Materiais especiais	Seleção
Pública (população em geral)	Democratizar a informação para a comunidade	Obras de referência, ficção, não ficção, biografias, jornais e revistas	Estudo da comunidade

**Fonte:** Adaptado de Vergueiro (1989); Lubisco (2011)

Vergueiro (1993) relata que logo após as considerações de Evans, Bonita Bryant (1987), considerando as estruturas organizacionais utilizadas no desempenho das atividades de formação e desenvolvimento de coleções, identifica três **posturas** a serem consideradas:

- a) Postura de **aquisição**: caracterizada pela confiança na seleção de materiais realizada externamente à biblioteca; pouco controle do bibliotecário sobre a coleção;
- b) Postura de **seleção**: procura concentrar nos bibliotecários a responsabilidade pelo desenvolvimento de coleções, apesar das possíveis tomadas de decisão externas à biblioteca;
- c) Postura de **administração** e desenvolvimento de coleções: distribuição de tarefas de DC entre bibliotecários; articulação quase completa entre a política e o desbastamento sistemático da coleção.

No âmbito das bibliotecas universitárias o desenvolvimento de coleções possui particularidades que podem servir como facilitadores em sua execução. Assim, na próxima subseção trataremos sobre o processo de formação e desenvolvimento de coleções dessas bibliotecas.

## 2.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Segundo Lancaster (1996), os padrões de desenvolvimento de coleções para bibliotecas universitárias foram formulados, nos idos de 1928, pela Carnegie Corporation, nos Estados Unidos, mas, em 1959, a Association of College & Research Libraries (ACRL) recomendou critérios relativos ao número de volumes para a formação de coleções em bibliotecas americanas. Como já mencionado, nas décadas de 1960 e 70 começam a surgir indicativos gerais, de cunho mais qualitativo, para a formação de coleções, elaborados pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e a ACRL enfatizando

[...] a necessidade de as coleções serem suficientes em tamanho e em abrangência para apoiar as atividades acadêmicas, e recomendam o estabelecimento de políticas de desenvolvimento de coleções que sejam revisadas periodicamente, a fim de se adaptarem às mudanças eventualmente ocorridas nos programas acadêmicos. (KLAES, 1991, p. 221)

No Brasil, o I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), de 1986, e o II PNBU, de 1990, propuseram algumas diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento de coleções nessas bibliotecas. (CARVALHO; KLAES, 1991, p. 9)

No livro *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*, Weitzel (2006, p. 17-39) entende o processo de desenvolvimento de coleções, como:

- 1) Estudo da comunidade** – uma investigação de primeira mão, uma análise e coordenação dos aspectos econômicos sociais e de outros aspectos inter-relacionados de um grupo selecionado. Este trabalho deve ser feito junto a comunidade por uma equipe capacitada para exercer a função. No caso específico das bibliotecas universitárias, destaca a necessidade de se caracterizar o público-alvo da biblioteca, buscando a princípio saber quem são seus usuários

reais, como: corpo docente, discente, pesquisadores, funcionários etc com a finalidade de conhecer o perfil e a quantidade de usuários e, a quais cursos estão vinculados.

**2) Política de seleção** – é um instrumento norteador das decisões dos bibliotecários em relação a seleção do material a ser incorporado ao acervo e a administração dos recursos financeiros. O documento de política de seleção é um instrumento de trabalho primeiramente destinado a dar suporte às decisões dessa etapa, contemplando os seguintes aspectos: identificação dos responsáveis pela seleção de materiais; os critérios identificados no processo; os instrumentos auxiliares; as políticas específicas; os documentos correlatos. Esta política deverá garantir a incorporação ao acervo contemplando as bibliografias básica e complementar dentre outros materiais informacionais, independente do suporte, e não segundo idiosincrasias ou preferências pessoais. Deve também garantir que as lacunas existentes no acervo, sejam preenchidas, permitindo que o processo de planejamento vigente na instituição bibliotecária, esteja coerente com os propósitos e objetivos estabelecidos para sua atuação.

**3) Seleção** – tem como finalidade definir um conjunto de normas, critérios e procedimentos para a formação e atualização do acervo. É o momento da tomada de decisão título a título, o que garante a coerência do acervo no transcorrer do tempo. Relaciona alguns critérios que abordam: **conteúdo dos documentos:** autoridade; precisão; imparcialidade; atualidade; cobertura/tratamento; **adequação do usuário:** conveniência; idioma; relevância/interesse e estilo; **aspectos adicionais do documento:** características físicas; aspectos especiais; contribuição potencial e custo.

**4) Aquisição** – É o processo que operacionaliza as decisões tomadas na seleção. Quase todo processo de aquisição implica em custos. A



**compra** propriamente dita, quando for destinada a instituições federais de ensino superior, além de dispor de recursos financeiros, depende ainda dos tramites burocráticos (a exemplo do pregão), o que compromete o processo de gerenciamento dos serviços. A **permuta** também implica em custos, ou seja, despesas na remessa do material, geralmente via correio. Quanto à **doação**, os critérios devem ser claros, o suficiente para que a negociação entre doador e bibliotecário ocorra sem constrangimentos, pois, nem sempre as doações são pertinentes a coleção da biblioteca. Como podemos observar no modelo de Evans (Figura 2) a aquisição não conta com a participação da comunidade e, no caso das compras, a depender do arranjo administrativo da instituição, o processo será efetuado sem a participação dos bibliotecários.

**5) Desbastamento e descarte** – Consiste na retirada de documentos poucos utilizados pelos usuários, de uma coleção de uso frequente para outros locais. Já o descarte consiste na retirada definitiva do material do acervo da biblioteca, com a correspondente baixa dos arquivos de registro da mesma.

**6) Avaliação** – O processo de avaliação coleções deve estar imbuído do princípio de desempenhar satisfatoriamente a sua função de mediação. Neste processo os objetivos institucionais e as necessidades da comunidade devem ser priorizados. Avaliar coleções é uma atividade inerente do profissional bibliotecário, considerando o fato de que a avaliação de coleções de bibliotecas deve ser validada pelos critérios de seleção. Para que o processo ocorra a contento, faz-se necessário uma equipe capacitada e interdisciplinar.

James A. Cogswell (1987 apud VERGUEIRO, 1993, p. 17-18) em pesquisa realizada visando à organização das atividades ligadas ao desenvolvimento de coleções em bibliotecas acadêmicas ou de pesquisa, apresenta a gestão de coleções como sendo: “[...] a administração sistemática

do planejamento, composição, orçamentação, avaliação e uso das coleções de bibliotecas durante grandes períodos de tempo, a fim de atingir objetivos institucionais específicos".

Ainda tratando da biblioteca acadêmica, Cogswell (1987 apud CORRALL, 2012, p. 6) em seu clássico artigo *The organization of collection mangement functions in academic research libraries* cita a necessidade de expandir a maneira de pensar as atividades de desenvolvimento de coleções além da seleção e aquisição para o compartilhamento de recursos. Ele se refere à manutenção e preservação como argumentos para substituição da palavra 'desenvolvimento' por 'gestão'. Sua concepção sobre gestão de coleção inclui os aspectos operacionais e estratégicos do processo e identifica oito funções que constitui este processo:

- 1) planejamento e elaboração de políticas (declaração formal de política para o desenvolvimento da mesma);
- 2) análise de coleções (pontos fortes e fracos);
- 3) seleção de materiais;
- 4) manutenção da coleção (re-seleção, preservação, descarte ou armazenamento);
- 5) administração fiscal (atividade de controle de orçamento e alocação de recursos para aquisição de materiais);
- 6) contato com usuário (canal de comunicação com o usuário);
- 7) compartilhamento de recursos (condição essencial para viabilidade de toda e qualquer biblioteca);
- 8) avaliação do programa (os planos, políticas, procedimentos e pessoal devem ser periodicamente avaliados e adequados as novas realidades).

A amplitude do conceito de Cogswell (1987) sobre a gestão de coleção é evidenciada pelas atividades que ele propõe na sexta função, contato com o usuário, que inclui instrução bibliográfica, pesquisa online e serviços de referência. Contudo, na prática, embora todas as atividades sejam baseadas na coleção, hoje elas não são geralmente vistas como parte do processo de gestão de coleção, mas como um serviço essencial oferecido pela biblioteca.

Quando partimos do princípio em que os teóricos anteriormente citados destacam como fator primordial para o DC o estudo da comunidade a que se destina a biblioteca, podemos entender que o DC deve atender as especificidades da biblioteca a que se destina, e as instituições as quais estejam vinculadas. Nesse aspecto, observa-se que os estudos acerca do tema em bibliotecas acadêmicas e especializadas são constantes na literatura biblioteconômica o que não é percebido quando se trata das bibliotecas públicas e escolares.

Considerando o modelo desenvolvido por Evans (1979 apud VERGUEIRO, 1993, p. 19), podemos constatar que as especificidades inerentes às bibliotecas universitárias

Devem atender aos objetivos da universidade, a saber, o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade. Isto vai exigir, quase que necessariamente, uma coleção com forte tendência ao crescimento, pois atividades de pesquisa exigem uma variada gama de materiais de informação que possibilitem ao pesquisador ter acesso a todos os pontos de vista importantes ou necessários para sua pesquisa.

Nas bibliotecas universitárias, a ênfase maior, está no desbastamento e avaliação constantes das coleções, medidas essas necessárias para otimização do acervo. Para Vergueiro (1993), pelo que se pode depreender da literatura, as bibliotecas universitárias e especializadas têm sido objeto de relativo grau de preocupação com seus acervos, provavelmente em virtude de maior exigência de sua clientela em relação aos mesmos.

Considerando o modelo desenvolvido por Evans (1979) o DC na biblioteca universitária busca atender aos objetivos da universidade, a saber, o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade.

A principal preocupação do desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias está diretamente ligada a necessidade em se ter um volume de materiais suficientemente significativo em termos de quantidade e qualidade para dar suporte às atividades de pesquisa realizadas tanto em nível de graduação como de pós, assim como às atividades normais de prestação de serviços ou extensão à comunidade. (EVANS, 1979 apud VERGUEIRO, 1993, p. 19)

Os modelos citados de desenvolvimento de coleção permitem sistematizar os elementos que irão direcionar nossas atividades. O processo deve ser visto de forma dinâmica, considerando fatores externos como os aspectos políticos econômicos e sociais que certamente irão interferir no planejamento e execução da gestão de coleções. E aos fatores internos como a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções que contemple todas as fases de forma explícita e objetiva.

No Brasil, a avaliação da educação superior tem início na década de 1990, com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), do Ministério da Educação. No entanto, foi em 1996, que as diretrizes e bases da educação nacional, estabelecidas pela Lei federal nº 9.394, prevêem a avaliação para autorização e reconhecimento de cursos, bem como credenciamento da própria instituição.

Na sequência, em 2002, foi institucionalizada a visita da Comissão de Avaliadores incumbida de verificar *in loco* as condições dos cursos. Dois anos depois, em 2004, mediante da Lei nº10.861 foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) para avaliação da educação superior do país.

Nesse contexto, foi incluída a obrigatoriedade de que as IES tenham bibliotecas e que estas atendam as demandas e diretrizes determinadas pela Lei. A partir de então, percebe-se, na literatura da área, a preocupação em preparar as bibliotecas para atender as exigências do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão coordenador e executor do processo avaliativo dos cursos de graduação. De fato, nada de se publicou que subsidiasse efetivamente a preparação das bibliotecas para enfrentar a avaliação do INEP no que se refere a padrões e indicadores de desempenho, à exceção do modelo teórico para avaliação da biblioteca universitária brasileira (LUBISCO, 2007) e, na sequência, o instrumento em construção, *Banco de informações gerencias* (LUBISCO; MORAES, 2012)

O movimento do INEP na medida em que instigou as bibliotecas universitárias quanto ao seu planejamento, gestão e avaliação, interferiu no processo de desenvolvimento de coleções. Isto porque os critérios estabelecidos no *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial*

e a distância (INEP, 2012), em sua dimensão 3, Infraestrutura, no que se refere à biblioteca, prevê Indicadores, Conceitos e Critérios de análise orientados apenas para o acervo (Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados), e não para serviços e produtos, elementos que caracterizariam o funcionamento da biblioteca.

É necessário que as políticas sejam revisadas e atualizadas periodicamente, buscando acompanhar as mudanças da instituição, e os interesses da comunidade.

## 2.4 RECURSOS ELETRÔNICOS

As bibliotecas foram as primeiras organizações a adotar sistemas de computador na década de 1960 e de 1990. No século 21 continuaram a desempenhar um papel de liderança com o desenvolvimento do acesso aos recursos de rede e serviços baseados na web. As tecnologias de informação e comunicação têm afetado o desenvolvimento e a gestão de coleções tanto operacionalmente, como taticamente e estrategicamente. (CORRALL, 2012, p. 7-8)

O foco na coleção como a característica definidora de uma biblioteca continua na era digital. Os recursos eletrônicos representam para as bibliotecas um elemento importante na construção de coleções.

Nesse sentido, em 1996, a IFLA reconheceu a necessidade de elaborar um guia de bibliotecas sobre o desenvolvimento de coleções e recursos eletrônicos. Esse guia intitulado *Cuestiones clave para el desarrollo de colecciones con recursos electrónicos: una guía para bibliotecas* (JOHNSON et al., 2012) foi lançado em agosto de 2012, evidenciando as bibliotecas acadêmicas. Entretanto, seu conteúdo e diretrizes são de utilidade para os diferentes tipos de bibliotecas.

De acordo com o guia os 'recursos eletrônicos' são todos aqueles materiais que necessitam de acesso mediante um computador, ou de um dispositivo móvel portátil, a exemplo, dos *tablets*, *smartphones*, etc. No que tange aos critérios tradicionais para o DC (tema, nível e usuário a que se

destina) o guia assinala que para a seleção dos recursos eletrônicos a maioria pode ser aplicado. No entanto, sua administração é mais complexa e, portanto, requer uma política complementar, específica, associada à política tradicional de DC. (JOHNSON, 2012)

No que diz respeito à literatura de acesso aberto, a exemplo, dos repositórios institucionais, Crow (2002 apud CORRALL, 2012) se refere a duas propriedades essenciais. Primeiro, sua gratuidade e em segundo lugar, o detentor do copyright deve ter consentido, com antecedência, sua leitura sem restrições, download, cópia, compartilhamento, armazenamento, impressão, pesquisa, vinculação e rastreamento. Esses repositórios têm sido definidos como "[...] coleções digitais da produção intelectual de uma comunidade única ou multi-universidade". (CROW, 2002 apud CORRALL, 2012, p. 15)

Nesse cenário de mudanças de ambiente de informação, sabemos que a revolução eletrônica afeta o papel da biblioteca acadêmica e, conseqüentemente, do seu Desenvolvimento de Coleções. Seguindo essa tendência de mudanças intentamos, a seguir, analisar a Política de formação e desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas, da Universidade Federal da Bahia.

### 3 POLITICA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFBA

A constituição das coleções da biblioteca é o fruto de uma política sistemática [...], que busca a completude, a acumulação e todas as formas de saber e de criação confiadas à escrita, aptas a serem em seguida redistribuídas pela classificação nas grandes categorias literárias [...]. (JACOB, 2000, p. 50)

O intuito da presente seção é consubstanciar um entendimento sobre o Sistema de Bibliotecas, da Universidade Federal da Bahia (SIBI/UFBA), apresentando algumas considerações relacionadas à sua evolução histórica e organizacional, perpassando os principais fatos e mudanças até a sua institucionalização como tal, em 2009. Demonstra, assim, sua importância ao longo da história da UFBA, pela oferta de apoio acadêmico-pedagógico aos diferentes programas de ensino, pesquisa e extensão da Instituição, evidenciando a forma como o desenvolvimento de suas coleções tem sido conduzido ao longo de sua história, em busca de suprir as demandas informacionais de seus usuários.

As bibliotecas da Universidade Federal da Bahia, hoje estruturadas organizacionalmente em um sistema de bibliotecas, acompanham a trajetória histórica da própria Universidade. Criada em 1946, a Universidade da Bahia nasceu da integração administrativa de faculdades isoladas. Como as unidades de ensino estavam geograficamente separadas, suas respectivas bibliotecas continuaram isoladas entre si, com seus acervos voltados especificamente aos cursos aos quais estavam ligadas, o que dificultava a padronização de procedimentos comuns a todas, em suas várias unidades.

Em busca da centralização de seus serviços, foi criado em 1953 o Serviço Central de Informações Bibliográficas (SCIB), que, anos depois, passa à categoria de Biblioteca Central, institucionalizada como órgão suplementar e vinculada diretamente à Reitoria, como dispõe o Decreto nº 62. 241, de 8 de dezembro de 1968. Seu Regimento interno foi aprovado pelo

Conselho Universitário em 1975 e seu acervo, de acordo com suas origens, era constituído, sobretudo, de obras de referência.

Mudanças estruturais significativas começam a ocorrer no setor de bibliotecas, quando se estabeleceu, em 1968, a reestruturação universitária segundo o Decreto federal nº 62 241. Nessa etapa, marcada pela implementação da Reforma Universitária<sup>5</sup>, criaram-se tanto as estruturas colegiadas - Coordenação Acadêmica, Conselho de Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão com funcionamento de Câmaras, Colegiados de Cursos, Departamentos - quanto se impulsionou a expansão física dos *campi* e teve início os programas de pós-graduação, garantindo a UFBA maior representatividade no cenário nacional.

Foi nesse cenário, durante o reitorado do professor Roberto Figueira Santos (1967-1971), que foram aprovados o Estatuto e o Regimento Geral da UFBA, que passava a constituir-se de unidades universitárias e órgãos suplementares: 24 unidades de ensino, 9 delas formando as unidades básicas nas áreas de Filosofia, Ciências, Letras e Artes, 15 dedicadas ao ensino profissional e pesquisa aplicada, além dos órgãos suplementares, representados pela Biblioteca Central, pelos hospitais universitários, museus universitários, o Centro de Estudos Afro-Orientais e o Núcleo de Serviços Tecnológicos.

A construção do prédio que abrigaria definitivamente a Biblioteca Central (BC) foi aprovada na década de 1970, no final da gestão do professor Roberto Santos, tendo sido inaugurado três anos depois (25 de agosto de 1983), ocupando uma área de 8.124 m<sup>2</sup>, já no reitorado de Luiz Fernando Seixas de Macêdo Costa (1979-1983), cujo empenho demonstrado em sua construção rendeu-lhe a homenagem de ter seu nome a ela atribuído: Biblioteca Central Reitor Macedo Costa.

A proposta inicial para a composição do acervo da BC era a de receber a coleção particular do reitor e os acervos das bibliotecas setoriais das áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes, além das demais instaladas no seu entorno. Esta proposta não se concretizou, ante a recusa generalizada por

---

<sup>5</sup> A Reforma Universitária, instituída pela Lei Federal 5.540/68, promoveu uma profunda reestruturação acadêmica e administrativa das universidades brasileiras.



parte de dirigentes, docentes e demais servidores, que desconsideraram o parecer emitido pelos avaliadores do MEC, entre 1976 e 1978; e se baseava em argumentos como: perda de identidade (mistura dos grupos de estudo e pesquisa); perda de tempo (pelo deslocamento); perda de seu acervo (todos poderiam usar tudo).

É interessante perceber a mudança do pensar e agir para os dias atuais, quando o que se busca é exatamente a integração, a interdisciplinaridade e a cooperação entre às áreas do saber e o alunado.

Ante a impossibilidade de reunir as coleções, a descentralização dos acervos manteve as duplicações de títulos comuns a diversas áreas do conhecimento, informações inconsistentes acerca das coleções e a dificuldade na troca de informações e experiências entre os profissionais que atuavam nas bibliotecas, tendo em vista o tipo de tecnologia disponível à época: telefone e correio convencional.

Reportando-nos à Biblioteca Central, embora seu projeto inicial tenha sido desvirtuado, ela desenvolvia serviços centralizados de aquisição bibliográfica e processamento técnico, funções típicas de um órgão coordenador de sistema. No entanto, como biblioteca, não conseguiu cumprir suas funções básicas, situação revelada pelo baixo índice de frequência, ocasionada pelo fato de sua coleção e seus serviços serem marcadamente de referência.

O serviço mais procurado pelos usuários, como o empréstimo domiciliar, continuou sob a responsabilidade das bibliotecas setoriais, o que fazia com que ela fosse vista pelas autoridades universitárias como um espaço ocioso; e não tardou que setores não relacionados ao seu propósito fossem ocupando seus espaços.

Tais fatores, aliado à falta de cultura no uso de biblioteca, contribuíram para que sua visibilidade fosse prejudicada, interferindo negativamente em sua administração, principalmente quando se tentava solicitar verbas, aprovar projetos e, até mesmo, demonstrar sua importância para a Instituição.

Na gestão de Nídia Lubisco (1991-1997), procedeu-se aos primeiros estudos visando reunir as bibliotecas por área, começando pelo projeto da

Biblioteca Universitária de Saúde, cujos autores foram os professores Naomar Monteiro de Almeida Filho e Nídia M. L. Lubisco, e as bibliotecárias Sônia Chagas Vieira e Vera Lélia Abramo. (Universidade Federal da Bahia, 1995)<sup>6</sup>

Este cenário começou a mudar, efetiva e compulsoriamente em 1997, quando a biblioteca do Instituto de Letras, já ocupando parte da área da BC, foi incorporada ao seu acervo<sup>7</sup>, sendo seguida, em abril de 1998, pela biblioteca da Faculdade de Comunicação, que passara a ocupar o prédio do antigo restaurante universitário, também no mesmo *campus*.

Vera Lélia Abramo (2002), diretora no período de 1997-2002, já se referia à Biblioteca Central como um sistema, pois a ela cabia o papel de gerir o processo de desenvolvimento das coleções, o processamento técnico do material bibliográfico e a sua distribuição para as bibliotecas setoriais; entretanto, ainda não contava com outras prerrogativas, como autonomia orçamentário-financeira e autoridade formal para atuar como gestora de um sistema de bibliotecas.

Ainda a respeito das declarações da referida diretora, deu-se seguimento à ideia de centralização de serviços e de bibliotecas por área, como alternativa de amenizar a crise daquele momento, na perspectiva da racionalização de recursos de todas as ordens: "Atualmente, nós temos 35 bibliotecas setoriais, o que representa uma elevada dispersão de recursos humanos e do próprio acervo. Com uma melhor distribuição, todo o sistema poderia ser otimizado". (ABRAMO, 2002).

O processo de reunir na Biblioteca Central as coleções das unidades que se encontravam em seu entorno foi estimulado com a adesão da UFBA ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>8</sup>, instituído pelo Decreto federal 6.096, de 24 de abril de 2007, que

---

<sup>6</sup> Criação da Biblioteca Unificada de Saúde, no Bairro do Canela – 1995.

<sup>7</sup> A Biblioteca de letras encontrava-se nas dependências da BIC, desde [1991], mas seu acervo só foi incorporado ao da BIC em 1997. O mesmo ocorreu com a Biblioteca da Faculdade de Comunicação, cuja incorporação do acervo ocorreu em 1998.

<sup>8</sup> O REUNI é o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC.

teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

A Biblioteca Central passa a vivenciar uma nova era, onde os citados fatores convergem para que ela venha a desempenhar, com maior efetividade, suas funções de biblioteca universitária, conforme consta de seu Regimento Interno:

[...] coordenar o Sistema de Bibliotecas da UFBA; proporcionar serviços bibliotecários e de informação à comunidade universitária, de modo a permitir o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFBA; reunir, organizar e manter a memória documental da UFBA; servir de laboratório para o curso de Biblioteconomia e Documentação da UFBA e promover atividades culturais de interesse da comunidade em geral.<sup>9</sup> (UFBA, 1994)

Com novas coleções incorporadas, o aumento do número de vagas e consequentemente de usuários, a BIC passa a ser o referencial para a pesquisa.

### 3.1 SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (SIBI/UFBA)

As vantagens de reunir bibliotecas em um sistema institucionalizado foi tema de diversos debates nos meios universitários e apoio por parte de alguns dirigentes de unidade, segundo Maria das Graças Miranda Ribeiro, Diretora da BC, na gestão 2002-2010.

Nesse novo cenário e considerando o fato de que as universidades devem estar cada vez mais alinhadas à realidade socioeconômica do país, no cumprimento de sua função social, o Conselho Universitário da UFBA aprovou, em dia 23 de maio de 2008, pela Resolução 03/09, a criação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI/UFBA), na condição de Órgão Suplementar, para conduzir de forma coordenada e sistêmica as bibliotecas da Instituição, oferecendo apoio ao desenvolvimento

---

<sup>9</sup> O Regimento Interno de 1994 foi uma atualização da proposta de 1987. Elaborado por: Nídia Maria Lienert Lubisco; Leonor Halla; Maria das Graças Miranda Ribeiro; Maria Helena Povoas de Souza; Nirvanda Lima Medeiros; Vera Lélia Abramo.

da pesquisa, do ensino e da extensão, de modo que elas se integrassem à comunidade a qual estavam destinadas.

Dentre as determinações previstas na referida Resolução, consta a mudança de denominação da Biblioteca Central Reitor Macedo Costa para a de Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, o que a torna mais uma biblioteca do sistema e, não mais, um misto de biblioteca e órgão coordenador.

O SIBI/UFBA, desde então, está constituindo por um Conselho Deliberativo, uma Diretoria e um conjunto de bibliotecas que, no momento de sua criação, em 2009, contabilizava 22 unidades, instaladas nos diversos *campi* da Universidade, distribuídas pelas seguintes áreas do conhecimento:

Área I (Ciências Físicas, Matemática e Tecnologia);

Área II (Ciências Biológicas e Profissões da Saúde);

Área III (Filosofia e Ciências Humanas);

Área IV (Letras);

Área V (Artes).

Dentre as 22 bibliotecas, as quatro maiores, em volume de acervo, foram denominadas bibliotecas universitárias:

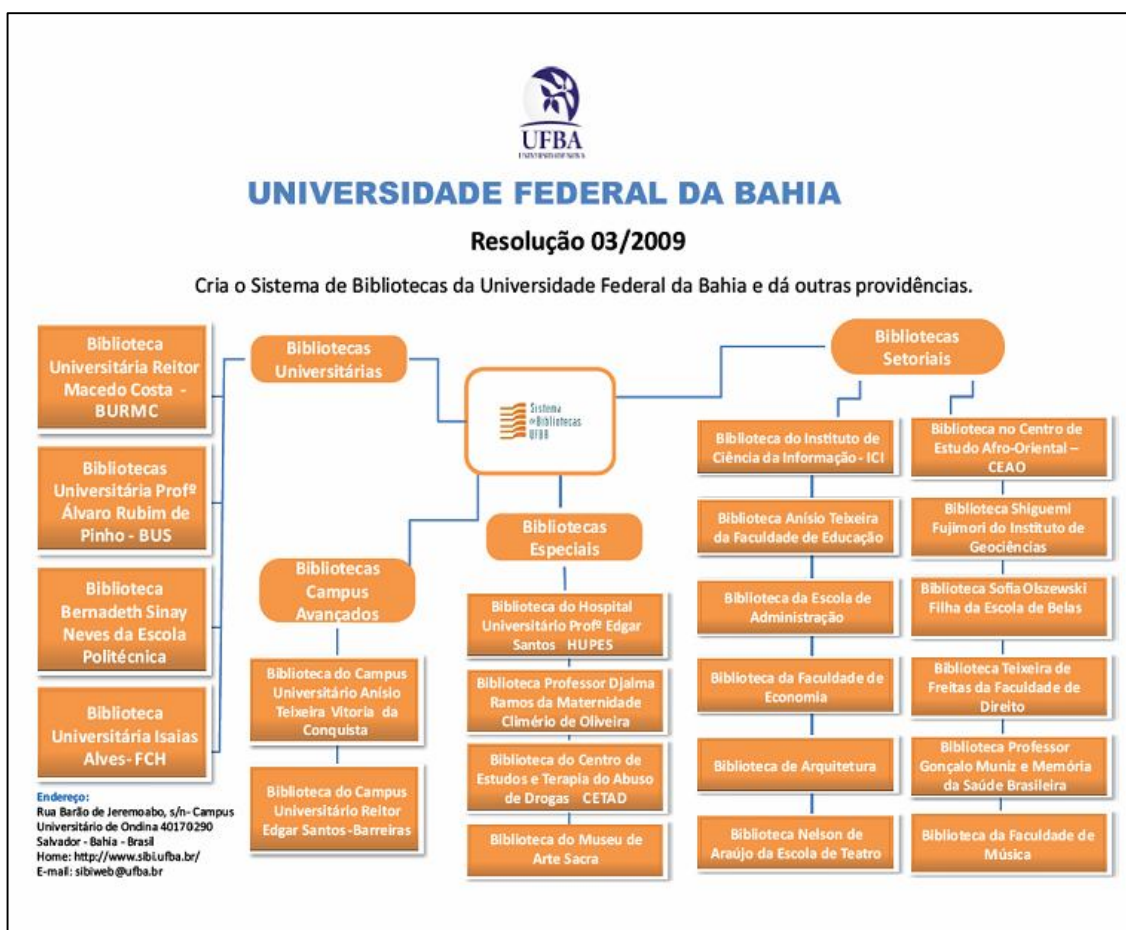
- a) Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa (BURMC), *campus* de Ondina;
- b) Biblioteca Universitária de Saúde Professor Álvaro Rubim de Pinho (BUS), *campus* do Canela;
- c) Biblioteca Universitária Bernadeth Sinay Neves (Escola Politécnica), *campus* da Federação;
- d) Biblioteca Universitária Isaías Alves (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e, atualmente, Instituto de Psicologia), *campus* da Federação.

Paralelamente a essas bibliotecas, há mais 13 setoriais, situadas em unidades de ensino; 4 bibliotecas especiais, localizadas no Hospital Universitário Professor Edgard Santos, na Maternidade Climério de Oliveira, no Museu de Arte Sacra e no Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas; e 2 no *campus* avançado de Vitória da Conquista (Anísio Teixeira) e em Barreiras.

Com a criação da Universidade Federal do Oeste Baiano (UFOB), a Biblioteca de Barreiras passa a pertencer a UFOB, saindo da esfera administrativa da UFBA.

Alem deste fato, ocorreu no Campus de Salvador o desmembramento da Faculdade de Ciências Contábeis, que antes funcionava nas dependências da Faculdade de Economia. Contabilizando 22 unidades. (Universidade Federal da Bahia, 2014)

**Figura 3 - Estrutura organizacional do SIBI em 2009**



Fonte: SIBI/UFBA

A apresentação do breve percurso histórico das bibliotecas universitárias da UFBA fez-se necessário perante o objetivo de trazer um melhor entendimento sobre sua realidade atual. Elas serão tratadas nesta pesquisa, segundo o critério sugerido por Barbalho (1997) “[...] uma unidade de informação [...] está inserida em uma organização, não [existindo] como um órgão isolado e está subordinada a uma instituição de ensino superior.”

### **3.1.1 As Coleções e seu Desenvolvimento**

Em tempos de mudanças de paradigmas, onde a informação e seu fluxo situam-se em novos contextos, podendo-se utilizar como suporte tanto o livro impresso, como os documentos digitais, Lluís Anglada identifica três conjuntos “[...] de acciones alrededor de las cuales se puedan alinear [...] un amplio espectro de agentes”:

- 1) o mundo impresso mais acessível e bem conservado;
- 2) o acesso aberto às informações e a dados, por patrocínio das agências de fomento à pesquisa;
- 3) por parte das bibliotecas como organização, o empréstimo de livros digitais – e, acrescentamos, de objetos digitais – com a garantia de que estarão preservados para as gerações futuras. (ANGLADA, 2014, p. 105).

Procurando acompanhar os avanços tecnológicos e tendo como principal objetivo atender as necessidades informacionais da comunidade acadêmica, o SIBI procura se atualizar no uso e oferta de tecnologias de informação e comunicação, buscando se aprimorar na socialização do conhecimento.

Fazer frente a essas metas supõe uma gestão das coleções devidamente instrumentalizada, tanto para a seleção, aquisição e desbaste de conteúdos, quanto para os processos neles implicados, elementos estes que integram uma política de desenvolvimento de coleções.

### 3.2 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: ANTECEDENTES E CARACTERÍSTICAS

Reportando-nos ao Desenvolvimento de Coleções, objeto desta pesquisa, constam nos arquivos da Biblioteca Reitor Macedo Costa documentos que indicam a preocupação dos bibliotecários em dispor de critérios de seleção e descarte, ao contemplar as etapas iniciais e finais do desenvolvimento de coleções. Tais documentos constituem as primeiras iniciativas orientadas para a criação de uma Política de Desenvolvimento de Coleções.

O primeiro, datado de 1991 e revisado em 1995, intitulou-se *Formação do acervo da Biblioteca Central: diretrizes preliminares*. Elaborado por Isnaia Veiga Santana, teve como perspectiva retomar a função original da BC, qual seja a de constituir-se na *main library* da Universidade.

O segundo, intitulado *Proposta para a modernização da Biblioteca da Faculdade de Comunicação da UFBA*, elaborado pela mesma autora, diz respeito a diretrizes e procedimentos para seleção e descarte, a serem adotados pela biblioteca setorial da Faculdade de Comunicação, quando ainda inserida na sua unidade de ensino

[...] a seleção de materiais bibliográficos e especiais que deverão integrar a coleção da Biblioteca será realizada, conjuntamente com corpo docente. A listagem final será submetida à apreciação da Comissão de Biblioteca, após o que terá o seguinte encaminhamento: quando se referir a novas aquisições, deve ser enviada para a Biblioteca Central; quando contiver material para descarte retornará à própria biblioteca, a qual irá então separar o material e organizá-lo em local próprio. [...] a biblioteca Central está coordenando a elaboração de um documento, contendo diretrizes para o descarte de material, principalmente daquele adquirido por compra. (SANTANA, 1994, p.12)

A seguir, *Política de descarte e/ou retirada de documentos das coleções das bibliotecas da UFBA*, assinado por Gilda Yêda Sento Sé de Carvalho, Maria das Graças Miranda Ribeiro e Sônia Chagas Vieira, em 1995, orienta-se especificamente para o desbaste. Logo, no mesmo ano, com autoria de

Isnaia Veiga Santana, foi elaborado o documento *Instrumentos para a avaliação quantitativa das coleções das bibliotecas da UFBA*.

Nos arquivos do SIBI ainda foram encontrados outros documentos sobre o tema, sem autoria definida, caracterizados como publicação oficial. Embora se saiba que não tiveram aplicabilidade, revelam-se como iniciativas preliminares voltadas para o desenvolvimento de coleções.

Assim, os documentos citados compõem as referidas iniciativas orientadas para a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções para as bibliotecas da UFBA. Como *back-ground* e acrescidos dos elementos que caracterizam as bibliotecas universitárias do século XXI, eles devem alimentar o documento datado de 2010, designado *Política de formação e desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas da UFBA* - em fase de revisão - elaborado na esteira do que determina o Regimento Interno do Sistema (Resolução N° 03/2009, no seu artigo 14, sobre as competências do Departamento de Formação e Desenvolvimento de Coleções:

- a) supervisionar a política de desenvolvimento das coleções do SIBI;
- b) orientar as decisões quanto aos critérios para aquisição, seleção e descarte de materiais em todas as suas formas;
- c) cumprir a política de desenvolvimento de coleções do SIBI;
- d) elaborar o plano de distribuição dos recursos financeiros segundo os critérios fixados pela política de desenvolvimento de coleções.

Antes mesmo da criação do Departamento de Formação e Desenvolvimento de Coleções na estrutura organizacional do SIBI, já havia iniciativas de sistematização desse processo. Foi o caso ocorrido em 2005, cujo produto elaborado por comissão designada para esse fim serviu como documento-base para os trabalhos da comissão constituída em 2009, pela Portaria n° 010/2009 do próprio SIBI, composta por servidores técnico-administrativos do Sistema (8 bibliotecários e 1 assistente em administração) (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010).



Os estudos que viriam a dar origem ao documento *Política de desenvolvimento e formação de coleções do Sistema de Bibliotecas da UFBA*, ainda em vigor e sendo revisado, tiveram o propósito de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do acervo bibliográfico do SIBI/UFBA. A iniciativa surgiu da necessidade de atualizar a coleção de forma racional, tornando-a capaz de atender com eficácia aos programas de ensino, pesquisa e extensão, integrando-se, deste modo, à missão da Universidade que é a de

[...] produzir, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País e do estado da Bahia e promover a formação de profissionais qualificados para o mundo do trabalho e capazes de atuar na construção da justiça social e da democracia. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004, p. 8)

A referida comissão contou com a participação e orientação da Dr<sup>a</sup> Maria Carmem Romcy de Carvalho, referência nacional no tema. Durante o processo de elaboração do documento, buscou-se conhecer a percepção dos gestores das bibliotecas do Sistema sobre as atividades-fim e meio da Instituição, objetivando dar o máximo sentido de realidade à então proposta.

### 3.3 POLÍTICA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: SIBI/UFBA

Esta subseção aborda a política propriamente dita, a partir das questões preliminares, apresentando a proposta atual.

#### **3.3.1 Preliminares de uma trajetória**

Partindo da constatação de que o desenvolvimento de coleções é uma atividade prática, a Política, especificamente, é um documento formal, em que devem constar as diretrizes que servirão como guia aos bibliotecários,

em sua função de fazer crescer com racionalidade, funcionalidade e equilíbrio as suas coleções.

Cunha e Cavalcante (2008, p. 285) definem a política de desenvolvimento de coleções ou política de desenvolvimento de acervos como sendo o “[...] conjunto de critérios, consubstanciados num documento, que tem por objetivo assegurar o crescimento racional e equilibrado de uma determinada coleção ou acervo”. Nas palavras de Weitzel (2006, p. 18), a política deve ser vista como

[...] um instrumento importante para desencadear o processo de formação e crescimento de coleções, constituindo-se num documento formal elaborado pela equipe responsável pelas atividades que apóiam o processo de Desenvolvimento de coleções como um todo. Essa política deve expressar o interesse comum da instituição que a mantém e da comunidade a que serve. Deve permitir a articulação das seis etapas do processo de desenvolvimento de coleções, e das demais auxiliares mencionadas na literatura, com o detalhamento e descrição de cada etapa a fim de apoiar as decisões de forma coletiva, preferencialmente envolvendo toda a comunidade de interesse. Dessa forma, a política de desenvolvimento de coleções é um instrumento necessário para garantir a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções em bibliotecas.

No que se refere às funções do documento, podemos considerá-lo como um plano diretor que irá nortear a formação e expansão do acervo bibliográfico, oferecendo subsídios referentes às decisões de seleção, aquisição, desbastamento e avaliação das coleções. Visa também conduzir as atividades ligadas a essas práticas, para que as coleções estejam intrinsecamente conectadas com a missão e os objetivos da Instituição. (DIAS; SILVA; CERVANTES, 2012, p. 44)

Dentre as inúmeras aplicações da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, uma que se mostra mais efetiva no trato com a seleção é a de impedir que ela seja realizada e direcionada por preferências individuais, evitando subjetividade, desperdícios financeiros e inchaço das coleções.

Para Miranda (2007, p. 7), concomitante com a construção da política, devem-se indicar os princípios que a balizarão, conforme segue:

**Quadro 3** - Princípios para a criação da PFDC

a) Possibilitar um crescimento racional e equilibrado do acervo de forma qualitativa e quantitativa;
b) Garantir a continuidade e a adequação necessárias à formação da coleção;
c) Determinar os critérios para duplicação de títulos;
d) Estabelecer as prioridades de aquisição de material;
e) Conhecer as necessidades dos usuários, através da análise de uso das coleções;
f) Acompanhar o surgimento dos novos suportes de informação, não se limitando ao suporte em papel;
g) Buscar atender a todas as sugestões, deixando o solicitado informado da aquisição ou não do item sugerido;
h) Estabelecer critérios para intercâmbio de materiais informacionais;
i) Identificar os critérios para recebimento de doações, descarte e reposição de material.

**Fonte:** Adaptado de Miranda, 2007.

Com os critérios estabelecidos, recomenda-se a constituição de uma comissão de bibliotecas de forma interdisciplinar, que terá como uma de suas atribuições a de revisar periodicamente a referida Política, garantindo a adequação da coleção aos seus usuários e, assim, possibilitando o cumprimento da missão da biblioteca e da instituição a qual ela está ligada.

No caso específico das bibliotecas universitárias, a coleção deve atender ao ensino, à pesquisa e à extensão. Nesse sentido, Klaes (1991, p. 31) acentua que “[...] o desenvolvimento de coleções constitui uma das atividades mais importantes, na medida em que dela depende a provisão dos recursos informacionais da biblioteca universitária”.

Após as considerações sobre a importância de se planejar as coleções e de administrá-las segundo um documento próprio, trataremos a seguir da Política do SIBI/UFBA, cujo produto se encontra disponível na página *web*

do Sistema<sup>10</sup>. Cumpre explicitar que, após a constituição do Conselho Deliberativo do Sistema, o referido documento, embora em vigor, encontra-se em processo de análise para avaliação e deliberação.

### **3.3.2 A Proposta do SIBI/UFBA**

Resultante de iniciativas e reflexões orientadas a buscar as melhores condições teóricas e práticas que levem ao “[...] processo que determina a conveniência de se adquirir, manter ou descartar materiais bibliográficos e não-convencionais, em consonância com objetivos institucionais da UFBA e diretrizes do Ministério da Educação”, a proposta da Política de que se fala, coordenada pelo SIBI/UFBA pretende, segundo os cânones da literatura especializada, conduzir a tomada de decisões a respeito do acervo bibliográfico e informacional que constitui e que venha a constituir a plataforma de conhecimento registrado da UFBA.

Como afirmado anteriormente, os estudos voltados para dar origem à proposta de uma Política tiveram o propósito de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do acervo bibliográfico do SIBI/UFBA, na perspectiva de atualizar a coleção de forma racional, tornando-a capaz de promover o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão, integrando-se, deste modo, à missão da Universidade

Este propósito supõe, por parte do SIBI, não só conhecimento da Instituição como um todo, mas um autoconhecimento que dê conta das finalidades e potencialidades do Sistema para dar cumprimento às suas funções e objetivos.

De forma mais específica, assim, o referido documento tem como objetivos:

- a) Possibilitar o crescimento racional e equilibrado das coleções em todas as áreas do conhecimento;
- b) Direcionar as aquisições para as áreas pertinentes aos cursos oferecidos pela Universidade, segundo os programas curriculares;

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.sibi.ufba.br/regulamentacao>>.

- c) Manter a coleção atualizada em concordância com as diretrizes estabelecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>11</sup>

Seu conteúdo se apresenta em seis seções, iniciando por considerações de caráter geral, onde constam a contextualização e a justificativa. A seguir, trata da seleção, enfocando as fontes empregadas no processo seletivo, sua responsabilidade do ponto de vista qualitativo e quantitativo, e finaliza com um elenco de critérios por tipo de material. A terceira seção aborda o processo de aquisição, suas diferentes modalidades e os critérios de prioridade. A quarta parte contempla o desbastamento, dando ênfase à responsabilidade pelo processo, bem como as modalidades com que ele se apresenta. Por fim, as duas últimas seções tratam, respectivamente, da avaliação da coleção e do processo de revisão da política.

Mesmo reconhecendo tratar-se de uma iniciativa praticamente pioneira, portanto, louvável, há de se considerar que ele se apresenta de forma excessivamente teórica, fato que compromete sua aplicação, bem como não aborda, com a devida profundidade, as determinações do INEP a respeito do tema. Ademais, sua extensão sugere tratar-se mais de um documento com fins didáticos ou informativos, do que um guia que oriente a tomada de decisões em todas as etapas de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Maiores detalhes sobre a apreciação desse documento constam na seção 5 deste estudo, referente à discussão e análise dos dados coletados.

Assim, abordar os métodos e padrões de avaliação de bibliotecas universitárias do SIBI/UFBA, sob a ótica de seus bibliotecários, considerando os instrumentos do INEP, permitirá o repensar a avaliação não como um momento de tensão, mas como um processo ininterrupto que poderá, se aplicado corretamente, favorecer os gestores em suas negociações

---

<sup>11</sup> Autarquia federal do Ministério da Educação a quem incumbe a avaliação do Sistema Educacional Brasileiro, visando às políticas públicas, mediante levantamento estatístico e avaliativo em todos os níveis e modalidades de ensino (censos, avaliação dos cursos de graduação, das instituições, dos concluintes do ensino médio, entre outros). Disponível em: <<http://portal.INEP.gov.br/conheca-o-INEP>>.

e respaldar a tomada de decisões, com vistas a oferecer coleções adequadas e de qualidade aos usuários.

Considerando o elenco de atribuições do INEP em relação à avaliação da educação no País e, especificamente, dos cursos de graduação, a seguir serão tratados os aspectos que afetam diretamente o desenvolvimento de coleções nas instituições de ensino superior.

### 3.4 AVALIAÇÃO DO INEP NA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

O sistema de avaliação do ensino superior no Brasil se inicia na década de 1970, porém as primeiras ações só ocorrem na década de 1980, quando a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) se propõe a discutir o assunto, impulsionando a criação do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), cuja finalidade era discutir os temas gestão, produção e disseminação de conhecimentos, colaborando na percepção do impacto da Lei 5.540/68, conhecida como a Lei da Reforma Universitária. Essa Lei propunha mudanças no ensino superior no que se refere:

[...] à estrutura administrativa, à expansão das matrículas e à sua caracterização, à relação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, características do corpo docente e técnico administrativo e vinculação com a comunidade". (BESE, 2007, p.1)

Bese (2007, p. 1) relata que, no período de 1993 e 1994, aconteceram debates sobre o tema em questão, reunindo a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades, criando o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), cujo modelo teria sido o primeiro contato das IES nacionais com um procedimento institucional de avaliação.

Esse modelo representava uma resposta das universidades brasileiras ao desafio de implantar um Sistema de Avaliação

Institucional centrada na graduação. Tendo como proposta, englobar aspectos referentes a ensino, pesquisa e extensão, como também a gestão da IES e tinha como intuito a adesão voluntária das universidades brasileiras, sendo primordial a auto-avaliação da instituição, que conseqüentemente, daria as informações necessárias para a realização de uma avaliação externa, ou até mesmo de uma reavaliação, pois o programa previa continuidade e sistematização do processo. Outro fator de grande relevância no PAIUB foi que através do caráter institucional e global desta proposta as universidades puderam desencadear seus processos de avaliação institucional. (BESE, 2007)

No entanto, a consulta aos diplomas legais e normativos do Governo federal leva a concluir que, efetivamente, apesar de iniciativas anteriores, a avaliação no âmbito da educação superior no país, com base na Constituição de 1988, se concretiza a partir da Lei 9.131/95, ao definir no seu artigo 3º que:

[...] o Ministério da Educação e do Desporto fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

e do Decreto 2 306/97, no seu artigo 14, ao estabelecer que:

A autorização e o reconhecimento de cursos e respectivas habilitações e o credenciamento das instituições de ensino superior do Sistema Federal de ensino, organizadas sob quaisquer das formas previstas neste Decreto, serão concedidos por tempo limitado, e renovados periodicamente após processo regular de avaliação.

A referida lei no seu artigo 1º, alterando o art. 6º da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, atribui ao então Ministério da Educação e do Desporto a função de “[...] formular e avaliar a política nacional de educação”. Mas foi o Decreto 2.026/96, ao estabelecer “[...] os procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e das instituições do ensino superior”, que afeta

diretamente as bibliotecas, quando tem início a avaliação regular e sistematizada dos cursos e das IES pelo MEC.

Neste processo, a biblioteca universitária consta como uma variável da avaliação que possibilitará, segundo seu resultado, a autorização de novos e o reconhecimento dos cursos e IES já existentes, na medida em que “Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições do ensino superior”.

Em 2003, foi regulamentada a Comissão Especial de Avaliação (CEA), cujo objetivo era oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas da educação superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados. Essa Comissão sugeriu ao Ministério da Educação, a criação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), para coordenar e supervisionar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, visando, assim, o funcionamento e o cumprimento dos princípios e orientações gerais estabelecidos e vinculados à política pública de educação superior.

A avaliação da educação superior no Brasil, assim, baseia-se em uma política específica e encontra-se sob a competência do SINAES, que consolida definitivamente a ideia de avaliação, dentro das concepções: formativa (melhorar), psicológica (motivar), somativa (selecionar, certificar) e administrativa (tomar decisões). (INEP, 2013).

O SINAES (2011), avalia os aspectos que giram em torno dos seguintes eixos: ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão institucional, corpo docente, instalações e aspectos relacionados, utilizando os seguintes instrumentos: Auto-avaliação, Avaliação Externa, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), Avaliação dos Cursos de Graduação e ferramentas de informação (censo e cadastro). Deste modo, os resultados obtidos possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País.



Essas informações geradas pelo SINAES são utilizadas pelas IES na orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais, para orientar políticas públicas; e pelos estudantes, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições. (SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2011)

O *Instrumento de avaliação para renovação de reconhecimento de cursos de graduação* foi elaborado, em 2008, de forma conjunta pela CONAES e pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), ambas integrantes da estrutura do INEP. A sua formulação teve como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos, os princípios e diretrizes do SINAES e os padrões de qualidade da educação superior. (INEP, 2010)

As dimensões avaliadas eram – como ainda o são – a Organização Didático-Pedagógica, o Corpo Docente e as Instalações (onde se encontrava explicitamente a biblioteca, junto a laboratórios e outras áreas). Aos indicadores de cada dimensão eram atribuídas as seguintes classificações: A = Ótimo; B = Bom; C = Regular; D = Insuficiente; E = Péssimo. O resultado final atribuído a cada uma das três dimensões avaliadas decorria da “[...] combinação da pontuação e ponderação diferenciada de diversos indicadores, que refletem a combinação de variáveis qualitativas e quantitativas”, mediante conceitos que iam de CMB (Condições Muito Boas); CB (Condições Boas); CR (Condições Regulares); CI (Condições Insuficientes); até SC (Sem Conceito).

No documento mais recente (INEP, 2012) - *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância* - já não figura a palavra Biblioteca como um grupo de indicador, embora ela esteja subentendida nos indicadores encabeçados pelos termos: Bibliografia Básica, Bibliografia Complementar e Periódicos Especializados. Essa mudança não condiz com a função da biblioteca universitária dentro da academia, uma vez que ela deve dar suporte, prioritariamente, ao desenvolvimento dos programas de ensino pesquisa e extensão, o que supõe não só acervo, mas um elenco de serviços de informação especializada.

Deste modo, no que concerne ao objeto de interesse deste estudo – formação e desenvolvimento de coleções – e considerando essa sistemática governamental, as bibliotecas universitárias devem estar de acordo com as exigências do INEP, segundo o que estabelecem seus instrumentos, o que significa, de um lado, seguir as orientações prescritas para a composição das bibliografias, contemplando livros e revistas (INEP, 2012) e, de outro, integrá-las à sua Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entendemos por pesquisa a atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca, que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade, que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (MINAYO, 1994, p. 23).

A pesquisa se inicia com a inquietação provocada pela observação de ações relativas ao desenvolvimento de coleções no ambiente institucional da UFBA que despertaram interesse e curiosidade no pesquisador.

Migrando do plano empírico para a ciência, onde os fenômenos são vistos e analisados de forma sistematizada, buscamos compreendê-los, utilizando procedimentos metodológicos capazes de conduzir a investigação e auferir resultados acerca do processo em estudo.

Entendemos que a metodologia é o aspecto central da pesquisa, uma vez que determina, em certo grau, a cientificidade do conhecimento produzido e reproduzido dentro e fora do campo científico. Suas atividades caminham sempre em duas direções: numa, elabora teorias, métodos, princípios e estabelece resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e orienta-se para novas rotas, assumindo o caráter provisório peculiar do conhecimento científico. (MINAYO, 2010)

Existe uma grande variedade de métodos e processos que podem ser utilizados na produção da pesquisa científica. Alguns são capazes até de interferir em seus resultados. Angélica Toffano Seidel Calazans (2007, p. 39) afirmam que a “[...] escolha metodológica se constitui na seleção de procedimentos sistemáticos e/ou estratégias de pesquisa para a descrição e explicação de uma determinada situação de estudo, sendo crucial para a sua execução e obtenção de resultados”, pois definir os caminhos da pesquisa não é uma tarefa fácil.

A escolha metodológica para a elaboração desta dissertação tem por princípio descrever os procedimentos adotados na pesquisa, com o objetivo de sustentar e subsidiar a obtenção dos resultados. Os procedimentos

metodológicos, de acordo com Valentim (2005), são as técnicas e instrumentos utilizados para o desenvolvimento de um determinado estudo; para Katia Soares Braga (2007) não limita o foco apenas ao estudo do fenômeno, mas se debruça no estudo do discurso e relatos do sujeito da pesquisa sobre o fenômeno a ser estudado.

O método adotado tem uma abordagem indutiva por partir de constatações específicas para as mais genéricas, abrangendo um fenômeno social; e tem como meta analisar o desenvolvimento das coleções de livros do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia, podendo os seus resultados repercutir na qualidade dos produtos oferecidos pelas unidades de informação do SIBI/UFBA à comunidade acadêmica.

Ressalta-se a necessidade de analisar como ocorre o processo de desenvolvimento de coleções das bibliotecas da UFBA, considerando a existência de uma política em vigor, divulgada em sua página na web.

#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A investigação foi iniciada com a revisão de literatura acerca do tema proposto. A pesquisa documental foi realizada nos arquivos da Biblioteca Reitor Macedo Costa, localizadas na seção Memória.

O embasamento teórico adquirido nesta etapa permitiu o delineamento da metodologia e, posteriormente, os procedimentos utilizados para a análise de dados deste estudo.

##### 4.1.1 Nível da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa descritiva, na perspectiva de delinear as características de um determinado grupo ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Geralmente, é realizada pelos pesquisadores das Ciências Sociais devido à preocupação com a atuação prática. Neste tipo de estudo, o pesquisador procura identificar e compreender como se estrutura ou funciona um sistema, método, processo ou realidade operacional ou, ainda, a frequência com que um fenômeno ocorre. (GIL, 2007)

O estudo descritivo empregado nesta pesquisa tem por objetivo caracterizar o processo de desenvolvimento de coleções do ponto de vista teórico, identificar o processo de desenvolvimento de coleções no âmbito das bibliotecas da UFBA, bem como o processo de formação e desenvolvimento de coleções realizado pelos gestores do SIBI, em suas unidades informacionais.

De acordo com Braga (2007, p. 25), a pesquisa de natureza descritiva “[...] tem o objetivo de identificar as características de um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos” e, associada ao estudo de caso, permite um nível de conhecimento detalhado.

#### **4.1.2 Método de investigação**

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, método ou abordagem frequentemente utilizado em pesquisas sociais (MUELLER, 2007, p. 40) e que, de acordo com Gil (1999, p. 72), caracteriza-se como um “[...] estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Seguindo o pensamento de Minayo (2010, p. 47), o estudo de caso, trata “[...] do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e produções simbólicas relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente concatenadas.”

Assim, o estudo de caso é ressaltado por Arilda Schmidt Godoy (1995, p. 25), caracterizando-se como “[...] um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, visando ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular”; isto vem balizar as diretrizes da investigação pela escolha do caso pesquisado, qual seja o DC no SIBI/UFBA.

Portanto, dentre as vantagens em se utilizar o referido método, Yin (2010) afirma que o Estudo de Caso conta com muitas fontes de evidências (observação, análise documental, entrevistas) e beneficia-se do

desenvolvimento anterior de proposições teóricas para orientar a coleta e análise de dados, o que fundamenta a nossa investigação.

#### **4.1.3 Técnica de coleta de dados**

Na primeira etapa da pesquisa, o instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista, aplicada mediante um roteiro previamente estabelecido como parâmetro para a construção do questionário semiestruturado, que versa sobre a política de desenvolvimento de coleções do SIBI/UFBA. Interessante salientar que, mesmo nesta fase inicial, observou-se nos entrevistados um grande interesse pelo tema.

Ainda reportando à entrevista, ela permitiu aos respondentes discorrer sobre o processo de DC, destacando-se, a princípio, como ele ocorre em suas unidades e, posteriormente, no SIBI/UFBA.

A opção pelo uso do instrumento entrevista nesta etapa da pesquisa baseia-se no fato de sua natureza ser mais aberta, permitindo ao respondente maior liberdade em seu discurso, o que coaduna com a visão de Edna Lúcia da Silva (2001, p. 33), quando ressalta a importância dessa modalidade de ausculta para “[...] a obtenção de informações de um entrevistado sobre um assunto ou determinado problema”.

As entrevistas permitiram ao pesquisador confirmar ainda mais a relevância do tema tratado neste estudo, ao observar a visão e o comportamento que os profissionais bibliotecários demonstraram na prática do desenvolvimento de coleções de acervos, o que foi decisivo para a análise e compreensão do processo, pois, como podemos observar em Evans (1979 apud VERGUEIRO, 1993), “[...] o desenvolvimento de coleções é um processo de identificação dos pontos fortes e fracos do acervo da biblioteca, quanto às necessidades dos usuários e aos recursos existentes, devendo ser verificado por avaliações sistemáticas”.

A entrevista foi aplicada como pré-teste aos gestores das quatro bibliotecas universitárias que, como foi citado anteriormente, recebem essa denominação em função do tamanho de seu acervo: Biblioteca Universitária

de Saúde (Professor Álvaro Rubim de Pinho); Biblioteca Universitária da Escola Politécnica (Bernadete Sinay Neves); Biblioteca Universitária da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Isaias Alves) e Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa.

As gravações foram realizadas pela pesquisadora com a anuência dos entrevistados. Os encontros foram previamente agendados e os gestores se mostraram receptivos ante a possibilidade de tratar do tema PFDC. A fundamentação teórica adquirida, somada ao resultado das entrevistas, subsidiou a construção do questionário semiestruturado, utilizado na segunda etapa quando foi realizada a coleta de dados. A opção por este instrumento decorreu da vantagem de atingir um grande número de indivíduos, mesmo em unidades geograficamente dispersas, pelo fato de não haver interferência do pesquisador sobre eles, ademais da economia de tempo para ambos.

O questionário foi criado no Google docs<sup>12</sup> e enviado aos 22 gestores do SIBI/UFBA, contendo oito questões (ANEXO A), todos foram respondidos. As perguntas foram construídas sobre os mesmos eixos temáticos abordados na entrevista, com o objetivo de analisar de que forma ocorre o processo de DC nas bibliotecas da UFBA e se este processo segue as prerrogativas da política específica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas.

#### **4.1.4 Abordagem da pesquisa**

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, esta pesquisa caracteriza-se pelo seu caráter qualitativo e quantitativo (quali-quantitativo), sendo qualitativo no sentido de que atende ao que preconiza Minayo (2007):

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. [...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos

---

<sup>12</sup> Google Docs - é um processador de textos, planilhas e apresentações, baseado na web. A ferramenta permite que seus usuários criem e editem documentos online ao mesmo tempo, colaborando em tempo real com outros usuários.

delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e documentos. [...] propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo (p.57).

Quanto à abordagem quantitativa, ela possibilita traduzir em números as informações acerca dos procedimentos adotados no DC, obtidas pela tabulação de dados; para tanto, utilizou-se o Microsoft Office Excel, programa que permite filtrar e cruzar dados, exibir percentuais e elaborar gráficos a partir das respostas recebidas.

As vantagens em se adotar o método quali-quantitativo podem ser observadas no quadro abaixo.

**Quadro 4** - Comparação da pesquisa quali-quantitativa

Comparação dos aspectos da pesquisa qualitativa com os da pesquisa quantitativa		
Aspecto	Pesquisa quantitativa	Pesquisa qualitativa
Enfoque na interpretação do objeto	Menor	Maior
Importância do contexto do objeto pesquisado	Menor	Maior
Proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados	Menor	Maior
Alcance do estudo no tempo	Menor	Intervalo maior
Quantidade de fontes de dados	Uma	Várias
Ponto de vista do pesquisador	Externo a organização	Interno a organização
Quadro teórico ou hipótese	Definidas rigorosamente	Menos estruturadas

**Fonte:** FONSECA (2002, p. 21)

Segundo Minayo (1993, p. 247),

[...] a relação entre quantitativo e qualitativo [...] não pode ser pensada como oposição contraditória [...] é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais 'concretos' e aprofundadas em seus significados mais



essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice versa.

O pesquisador ao escolher o método quali-quanti procurou apreender, por meio dos relatos dos bibliotecários gestores do SIBI/UFBA, profissionais que estão diretamente envolvidos na prática de DC, o processo adotado e suas implicações no atendimento informacional aos alunos de graduação. Nesse sentido, foram definidos o universo da pesquisa, a população-alvo e sua amostra, que detalharemos a seguir

Na etapa de análise de dados, foram realizadas a codificação e a tabulação dos dados coletados, com o objetivo de preservar a identidade das unidades informacionais, sendo que os nomes das bibliotecas foram substituídos por códigos alfanuméricos.

#### 4.2 UNIVERSO DA PESQUISA

Abrange o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia, órgão estruturante<sup>13</sup> responsável pelo funcionamento sistêmico das bibliotecas da Instituição, a quem incumbe, dentre as suas atribuições, definir políticas de desenvolvimento dos acervos que o compõem.

O SIBI/UFBA é composto atualmente por 22 bibliotecas, sendo que deste universo 4 são denominadas bibliotecas universitárias; 4 bibliotecas especiais, 13 setoriais e 1 no campus avançado de Vitória da Conquista.

A escolha da população-alvo foi intencional, visto que os bibliotecários do SIBI/UFBA, a priori, são os sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento das coleções. Nessa perspectiva, na amostragem da pesquisa foram selecionados 22 bibliotecários/as gestores/as das bibliotecas universitárias do SIBI que configuram os sujeitos pesquisados/as.

---

<sup>13</sup> Os Órgãos Estruturantes compõem sistemas institucionais vinculados à Reitoria, destinados à gestão e execução de ações específicas da administração acadêmica, que devem preencher os seguintes requisitos essenciais: I - desempenhar atividades essenciais e integradoras das funções acadêmicas; II - atender a necessidades gerais da comunidade universitária; III - atuar dentro dos objetivos institucionais da universidade.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Depois que se conhece uma nova idéia, a mente do homem nunca pode voltar a suas dimensões originais. (Oliver Wendell Holmes Jr.)

A análise de dados constitui um dos momentos mais importantes da pesquisa, na medida em que permite a sistematização e significação dos dados recolhidos no campo. Ela tem por objetivo organizar e resumir dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema previamente definido para a pesquisa. (GIL, 2008)

Optou-se, neste estudo, pelo método de análise de conteúdo, partindo do princípio de que ela “[...] envolve o estabelecimento de categorias e observância da frequência em que essas categorias são usadas em um item particular [...]” (SILVERMAN, 2009, p.149), o que permitiu classificar as respostas obtidas pelo questionário semiestruturado. De acordo com Moraes, (1999), no método de análise de conteúdo, o estudo se dirige para as características da mensagem propriamente dita, para o seu valor informacional e ideias nelas expressas.

Dentre os diversos processos de análise e interpretação de dados possíveis, Bardin (1977) observa que na maioria das pesquisas sociais são adotados: o estabelecimento de categorias, codificação, tabulação, análise estatística de dados; avaliação das generalizações obtidas a partir de dados; inferências de relações causais e interpretação de dados.

Assim, seguindo essa perspectiva foram elaborados gráficos que permitiram uma visão global dos dados sobre os procedimentos utilizados no DC pelos gestores do sistema SIBI/UFBA.

Para atingir o objetivo proposto - **analisar como ocorre o processo de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas da Universidade Federal da Bahia** - foram criadas inicialmente três categorias, baseadas no conceito de **Biblioteca Ideal, Biblioteca Possível e Biblioteca Deficitária**.

O escopo teórico apresentado e os dados coletados possibilitaram a criação e definição das bibliotecas descritas abaixo.

**Categoria 1** - Biblioteca Ideal: **todos** os critérios abaixo discriminados foram contemplados:

- Conhecer e utilizar a PFDC, instituída pelo SIBI/UFBA;
- Ter acesso aos planos de cursos;
- Utilizar os critérios do INEP para a seleção e aquisição;
- Contar com uma comissão de bibliotecas.

A categoria **Biblioteca Ideal** corresponde ao que se espera de um espaço informacional, com uma coleção voltada e adequada para atender as necessidades dos usuários dos cursos de graduação, recorte de nossa pesquisa, atendendo positivamente aos critérios elencados acima.

**Categoria 2** - Biblioteca Possível: **alguns** critérios indicados foram contemplados.

A categoria **Biblioteca Possível** corresponde às unidades que ainda não atingiram o grau de excelência almejado em seu DC, entretanto, encontram-se em processo para alcançar a meta da biblioteca ideal.

**Categoria 3** - Biblioteca Deficitária: **nenhum** dos critérios indicados foi contemplado.

Na categoria **Biblioteca Deficitária**, encontram-se as unidades que desconhecem os procedimentos e documentos que visam a padronizar as ações em busca de realizar o DC adequadamente.

O questionário aplicado aos gestores conta com 8 questões, todas relevantes para a pesquisa, entretanto, as questões 1, 1.1, 4, 5 e 7 foram a base para o estabelecimento das categorias.

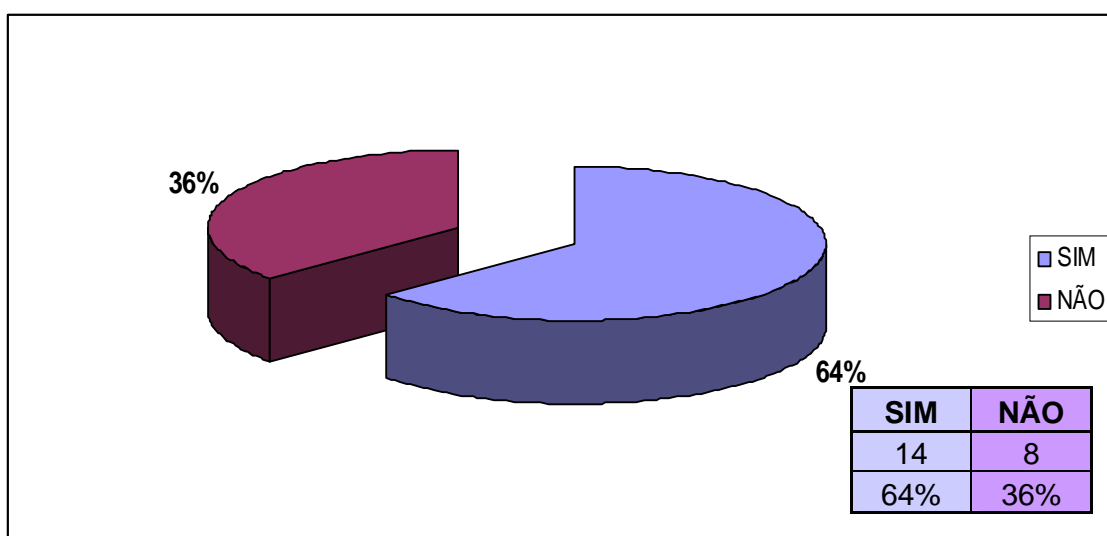
Com o propósito de preservar a identidade das bibliotecas, foram estabelecidos códigos alfanuméricos de B1 a B22.

Partindo da constatação de que o desenvolvimento de coleções é uma atividade prática, a PFDC vem ao seu encontro como um documento formal, onde critérios consubstanciados e diretrizes propostas estão apresentados de forma explícita e objetiva e servirão como guia aos bibliotecários, em sua função de assegurar o crescimento racional e equilibrado de uma determinada coleção ou acervo.

A PFDC do SIBI/UFBA foi elaborada em 2009, por uma comissão formada por bibliotecários do Sistema e disponibilizada no site em 2010.

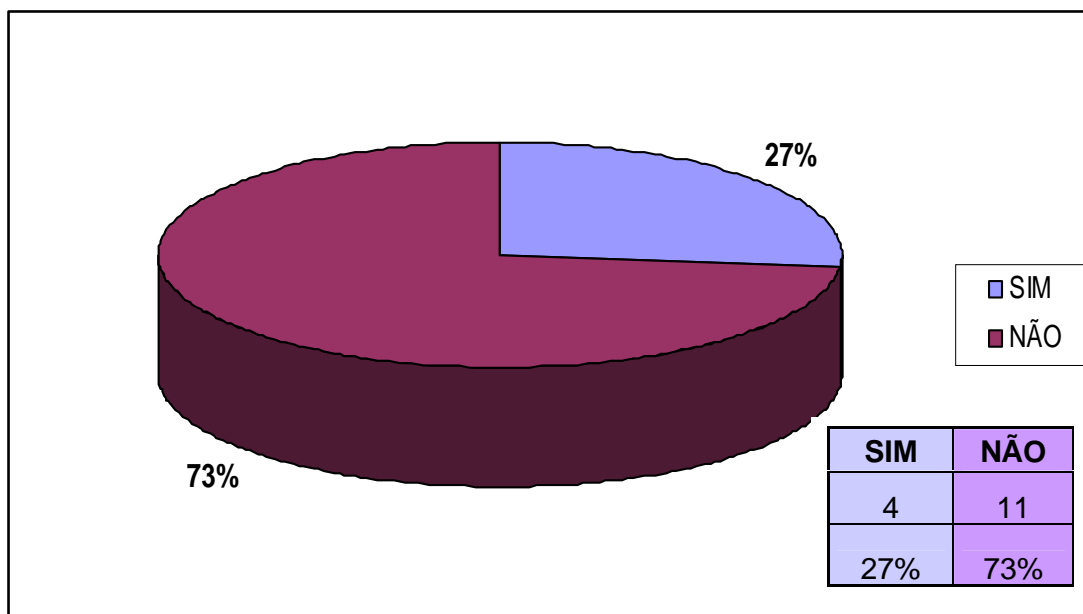
A primeira questão apresentada procurou saber quais as unidades conheciam e utilizavam efetivamente o documento da Política. Com base nesse levantamento, o gráfico abaixo demonstra o nível de conhecimento do documento pelos gestores.

**Gráfico 1-** Conhecimento acerca do documento referente à PFDC do SIBI/UFBA



**Fonte:** Elaborado pela autora

A análise dos dados demonstra que dos 22 respondentes, 8 (36%) não conhecem o documento referente à PFDC do SIBI/UFBA, apesar de o documento estar disponibilizado no site do Sistema. Embora a literatura da área seja recorrente sobre a relevância do instrumento Política, representada pelo que enfatiza Miranda (2007, p. 6) “[...] um documento administrativo, oficializado perante os dirigentes da instituição [...]” demonstrando a relevância do conhecimento e de seu uso pelos gestores, no manejo e trato das coleções – é de surpreender que um instrumento de gestão não seja conhecido por cerca de 1/3 dos gestores.

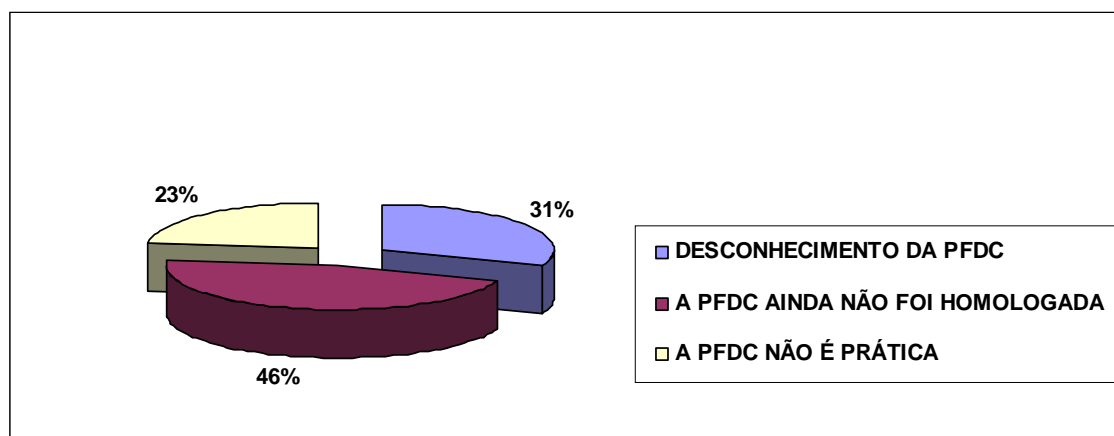
**Gráfico 1.1** – Utilização do documento PFDC do SIBI/UFBA

**Fonte:** Elaborado pela autora

Este Gráfico 1.1 representa o uso do documento Política, por parte dos que o conhecem; destes, 14 respondentes (64%), apenas 4 (27%) confirmam usá-la em suas atividades. Em paralelo à baixa frequência encontrada, o conhecimento que se tem, baseado em evidências, indica que este pode ainda não ser um dado que corresponde à realidade.

Do ponto de vista conceitual, partiu-se do princípio que a PFDC auxilia de forma contundente as atividades administrativas e de gerenciamento das bibliotecas, ressaltando que ela corresponde a um plano diretor de cunho criterioso que, quando aplicado nas atividades de gestão, apoia a tomada de decisão e traz clareza quanto aos vínculos institucionais.

O alto índice de não utilização do documento pode ser percebido nos diversos motivos citados nos depoimentos que estão destacados no gráfico abaixo.

**Gráfico 1.2 - Motivos para não utilizar o documento**

Fonte: Elaborado pela autora

Dos 14 gestores que conhecem o documento (64% do total), 11 (73%) não o utilizam. Ante o questionamento acerca do motivo pelo qual não o fazem, 46% afirmam não se sentem seguros em aplicar as diretrizes de uma política ainda não validada pela instância competente, no caso, o Conselho Deliberativo do Sistema. Em parte, compreende-se esta justificativa; no entanto, seria de todo útil para a consolidação do documento que seu uso fosse amplamente adotado, na perspectiva de formar uma massa crítica a respeito, visando a sua futura validação.

No momento de elaboração do referido documento, o Conselho Deliberativo estava inativo; no entanto, sua nova constituição foi aprovada pela Portaria da Reitora – Dora Leal Rosa - de número 142/2012, tendo como um de seus propósitos elaborar a revisão tanto do Regimento de Empréstimo (já concluído), como da PFDC (ainda em andamento).

Podemos inferir que o fato de 73% dos gestores não utilizar o referido documento demonstra que não há uma padronização de conduta para o DC no âmbito das bibliotecas da UFBA. Este é um fator que desvirtua o conceito de sistema, demonstrando de forma concreta que os procedimentos utilizados pelos gestores baseiam-se na realidade individual de cada unidade.

Quanto aos 23% que alegam não utilizar a PFDC pela sua 'inadequação', salientamos algumas considerações:

**B6** – “Em minha opinião, o documento elaborado pelo SIBI/UFBA não é exatamente uma Política de Desenvolvimento de Coleções; ele traça resumidamente algumas diretrizes para o processo. Podemos considerar que é bastante incipiente, mas não deixa de ser importante”.

**B7** – “Pelo fato de ser muito complexo em relação ao nosso cotidiano e de não estar formalizado”.

**B22** – “Devido à falta de orientações concretas de como realizar o desenvolvimento de coleções das bibliotecas do SIBI. Tem muita teoria mais pouca prática”.

Constatamos pelas mensagens dos respondentes que o que se espera do documento é que ele seja elaborado de forma direta e prática com critérios bem definidos, atuando como “um guia” que forneça subsídios à tomada de decisões pelos gestores.

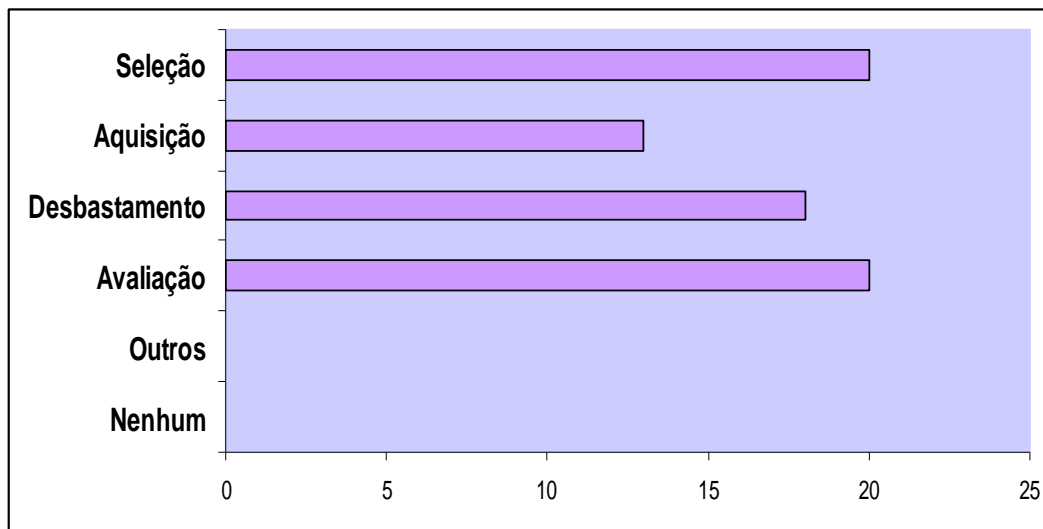
Críticas são feitas por 23% dos respondentes quanto à forma de apresentação do documento, onde deixam explícito que a redação é complexa para o seu uso.

Quanto aos 31% dos respondentes que afirmam não conhecer o documento, reiteramos tratar-se de uma resposta sem procedência, visto que ele está disponibilizado na página web do SIBI.

A respeito da pergunta 2, referente às etapas do processo de PFDC – seleção, aquisição, desbastamento e avaliação – contempladas na prática pelos gestores, do total de 22 deles quase a totalidade (20) afirma fazer seleção e avaliação da coleção, com base nos critérios adotados na realidade de sua unidade; segue o desbastamento praticado por 18 dos respondentes e a aquisição, por 13.

Considerando as repostas anteriores, salientamos o fato de que nenhum dos respondentes informou não utilizar alguma das etapas, ainda que parte deles desconheça ou não use o documento da Política. Vide gráfico a seguir, onde representamos numericamente a situação.

**Gráfico 2** - Etapas da Política do Desenvolvimento de Coleções utilizada pelos gestores respondentes



**Fonte:** Elaborado pela autora

Legenda: Seleção: 20 (28%); Aquisição: 13 (18%); Desbastamento: 18 (25%); Avaliação: 20 (28%); Nenhuma etapa: 0 (0%); Outras (0%)

Reforçamos que a seleção é uma das etapas mais importantes do DC, pois é nela que se inicia o processo de formação da coleção. Como já foi dito anteriormente, o desenvolvimento do acervo deve expressar o interesse comum da instituição que a mantém e da comunidade a que serve. Como ressalta Lubisco (2011, p. 58), o DC

Refere-se a processo de escolha dos materiais de informação que serão incorporados ou descartados, segundo as necessidades, a pertinência, a atualidade, a quantidade, tipo, suporte, o idioma, tendo em vista os critérios estabelecidos na política de seleção.

As diretrizes contidas em uma PFDC possibilitam que se planejem ações pautadas no orçamento destinado à aquisição, sem perder o foco da comunidade, impedindo que ela seja realizada e direcionada por preferências individuais, evitando subjetividade, desperdícios financeiros e inchaço das coleções, como já foi dito anteriormente.

Considerando que as bibliotecas existem para suprir as necessidades informacionais de seus usuários, a avaliação de seu acervo deve basear-se



no quão bem ela cumpre seu papel. O DC deve ser visto, pensado e executado de forma sistêmica, onde o desempenho de cada uma das etapas interfere nas demais.

Para Figueiredo (1993, p 75),

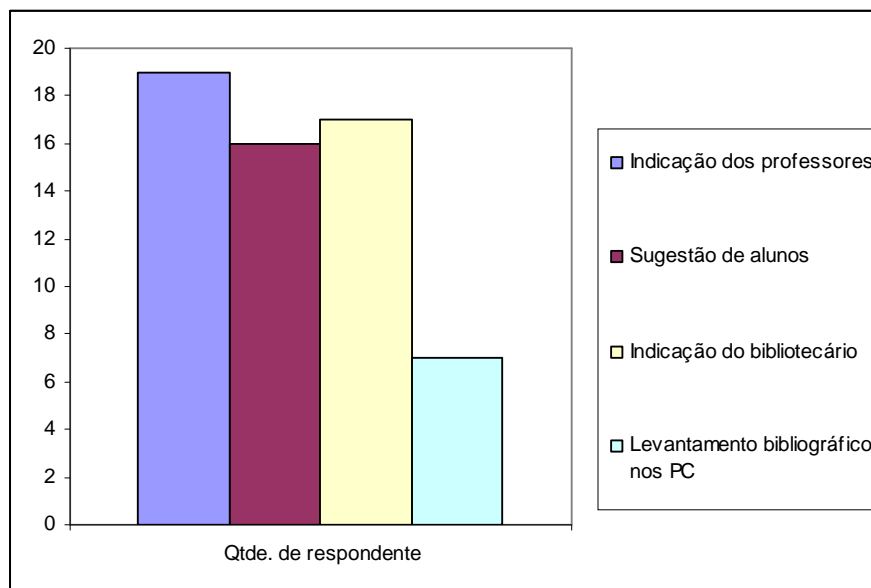
[...] requer um considerável tirocínio profissional e julgamento, e uma boa porção de tato. [...] uma parte que parece ser mais comumente avaliada é a coleção de livros e periódicos, provavelmente na suposição de que a coleção é a melhor evidência tangível do que acontece numa biblioteca e do que uma biblioteca é, afinal de contas [...].

Por todos os fatores já citados, a avaliação da coleção deve ser feita por uma equipe interdisciplinar, comprometida com os critérios da política e conhecedora das áreas contempladas no acervo.

De acordo com o Gráfico 2 citado, constata-se então que, dentre as etapas do DC utilizadas pelos gestores, as mais recorrentes são: a seleção e avaliação, com 28% cada, representando o início e o fim do processo.

As indicações dos professores e dos bibliotecários são fundamentais para a seleção das obras a serem adquiridas, pois ambos mantêm contato direto com os usuários/alunos, o que lhes dá embasamento para inferir e priorizar as obras que serão incorporadas ao acervo. Essa questão está tratada pela pergunta 3, representada graficamente e comentada a seguir.

**Gráfico 3 –** Indicação de títulos/obras nas bibliotecas do SIBI/UFBA para aquisição de acervo



Fonte: **Elaborado pela autora**

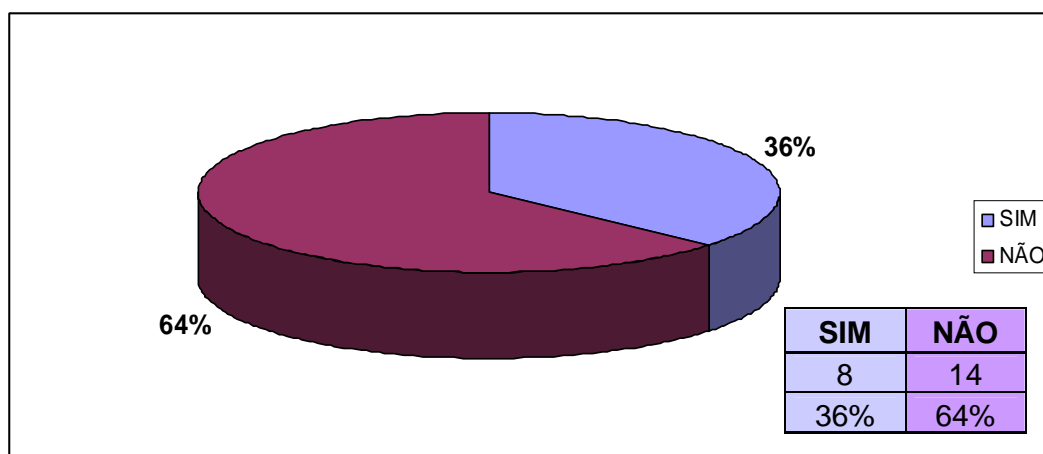
Legenda: Indicação dos professores: 19 (32%); Sugestões de alunos: 16 (27%); Os gestores indicam os títulos para aquisição, com base na demanda: 17 (29%); Levantamento bibliográfico nos Planos de Cursos: 7 (12%).

O fato de 32% dos respondentes afirmarem fazer sua seleção de títulos para aquisição baseando-se em listas enviadas pelos professores denota a possível inadequação do acervo existente em relação ao proposto no projeto pedagógico. Isto porque as listagens enviadas pelos docentes às bibliotecas, geralmente vêm sem identificação dos títulos que fazem parte da bibliografia básica e da bibliografia complementar. Esse fator impossibilita o bibliotecário de efetuar a aquisição, levando em consideração os quantitativos estabelecidos pelo INEP para a formação de coleções que atendam aos cursos de graduação.

Outro resultado relevante obtido na pesquisa é o fato de 29% dos depoentes relatarem que suas indicações para aquisição se baseiam no critério da experiência profissional, ou seja, a partir da demanda observada. Este procedimento vem comprovar, mais uma vez, a não observância aos critérios do INEP para a formação da coleção.

A respeito da pergunta 4 – acesso do gestor aos planos de curso – 14 gestores afirmaram que eles não são disponibilizados à biblioteca, demonstrando a ausência de integração entre essa unidade e o departamento do curso, o que impacta negativamente no planejamento e na qualidade dos serviços prestados. Vide gráfico a seguir.

**Gráfico 4 – Acesso aos planos de cursos**



**Fonte:** Elaborado pela autora.

No Brasil, o INEP é o órgão responsável pela avaliação das IES, estabelecendo em seu *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância* (Apêndice A), em uma das três dimensões avaliadas<sup>14</sup> - Infraestrutura - os critérios a serem empregados para a composição dos materiais que devem compor a bibliografia do curso. Para tanto, aponta três indicadores: bibliografia básica, bibliografia complementar e periódicos especializados. Isso quer dizer que essa normativa governamental deve ser seguida, tendo em vista os processos avaliativos a que os cursos estão sujeitos, seja para autorização de funcionamento, para reconhecimento ou para renovação de reconhecimento.

A PFDC do SIBI/UFBA reafirma a concordância com o instrumento do INEP, quando estabelece que sejam acatadas as diretrizes propostas pelo mesmo.

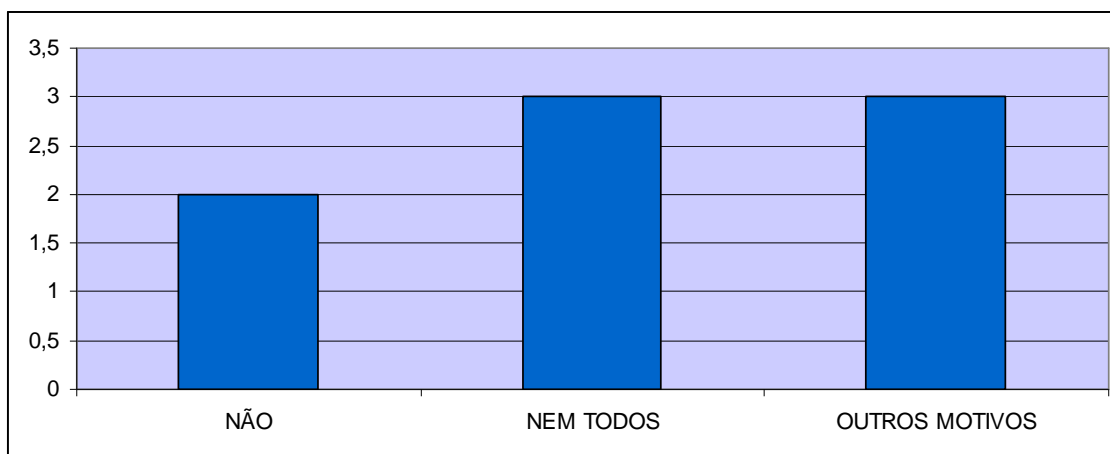
<sup>14</sup> As outras duas são: Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente e Tutorial.

Serão utilizadas as recomendações do Ministério da Educação (MEC) para estabelecer a seleção quantitativa do acervo para a literatura básica. O acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica deve atender aos programas das disciplinas do curso, e quantidade suficiente [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, p. 14),

Embora se reafirme a concordância com as determinações do INEP, no que se refere ao quantitativo de títulos e exemplares por aluno matriculado, as diretrizes não são contempladas.

A pergunta 4, sobre atualização dos planos de cursos, está representada no Gráfico 5 que segue.

**Gráfico 5 – Atualização dos planos de cursos**



Fonte: Elaborado pela autora

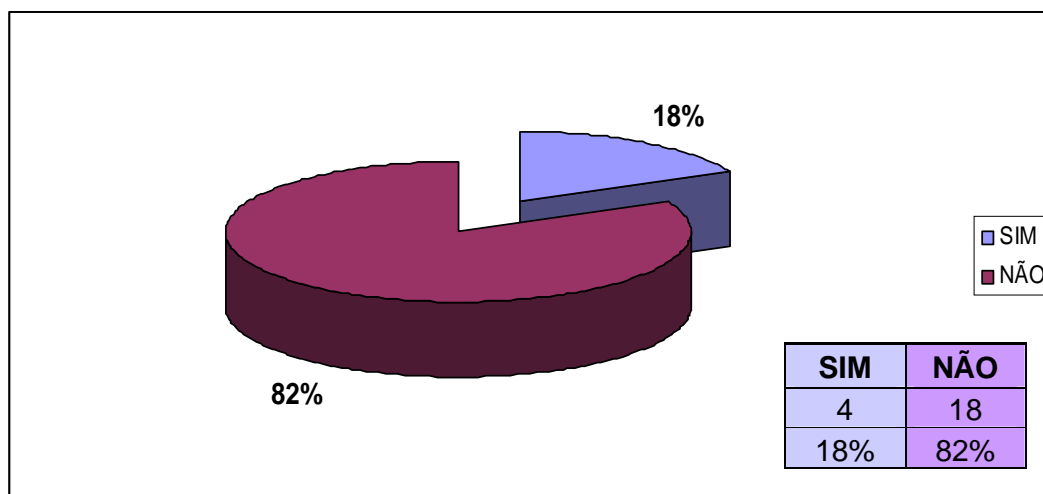
Quanto à atualização dos referidos planos, 8 dos 22 entrevistados afirmaram ter acesso a eles, porém, criticam o fato de a bibliografia não estar atualizada, o que atrasa o fluxo do DC, conforme depoimento a seguir:

**B5** - "Em sua maioria, os planos são atualizados semestralmente fora do prazo solicitado pelo Colegiado de Curso, prejudicando o levantamento de informações para o Desenvolvimento de Coleções [...]."

Assim, os resultados apresentados comprovam o quanto se faz necessária a comunicação entre os diversos setores da universidade.

Sobre o cumprimento do que determina o INEP acerca dos quantitativos de títulos e de exemplares de livros, aplicou-se a pergunta 5, representada no Gráfico 6.

**Gráfico 6** - Aplicação dos quantitativos determinados pelo INEP



Fonte: Elaborado pela autora

A coleção nuclear de uma BU deve conter os títulos indicados na bibliografia básica e na complementar, o que significa que elas devem ser de conhecimento do corpo docente e dos bibliotecários, para que possam ser adquiridos na proporção adequada, segundo o curso, o número de vagas oferecidas e a nota a ser alcançada<sup>15</sup>.

Assim, os resultados apresentados apontam para o fato de que 82% dos respondentes não aplicam os indicadores estabelecidos pelo INEP na formação de seus acervos, sugerindo haver uma inadequação de sua coleção quanto às necessidades dos alunos de graduação.

De acordo com os depoimentos, podemos inferir que as solicitações dos alunos e as indicações dos professores e bibliotecários resultam numa demanda na qual os gestores se baseiam para determinar os quantitativos das obras a serem solicitadas:

<sup>15</sup> Os conceitos de avaliação variam de 1 a 5, sendo 5 o mais alto.

**B5:** “De acordo com a quantidade de exemplares que eu tenho na minha biblioteca, eu faço uma complementação baseada na demanda dos alunos”.

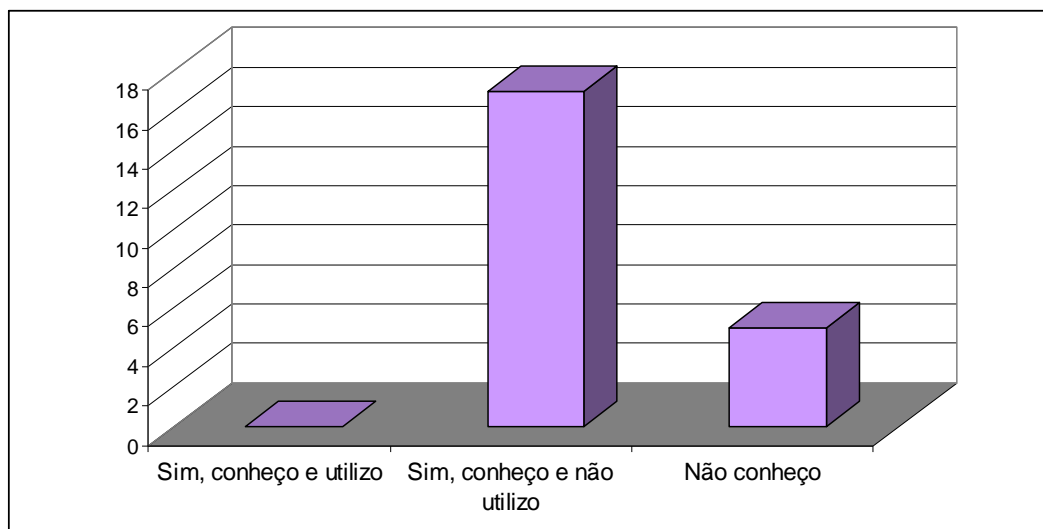
**B14:** “[seleciono] com base na demanda dos títulos e quantidade de exemplares existentes na Biblioteca”.

**B13:** “[seleciono] pela demanda dos alunos e dos professores”.

Os depoimentos reproduzidos comprovam que os instrumentos do INEP não são a principal ferramenta utilizada pelos bibliotecários nos processos de seleção e aquisição de material informacional.

Sobre o conhecimento dos gestores sobre a ferramenta do Pergamum para auxiliar os processos de seleção e aquisição, representado pela pergunta 6, o resultado informa que 77% dos respondentes a conhecem, conforme mostra o Gráfico 7.

**Gráfico 7** – Conhecimento dos gestores sobre a ferramenta “Levantamento bibliográfico MEC”



**Fonte:** Elaborado pela autora

Legenda: Sim, conheço e utilizo: 0 (0%); Sim, conheço e não utilizo: 17 (77%); Não conheço: 5 (23%).

O SIBI/UFBA utiliza o Sistema Pergamum<sup>16</sup> para o gerenciamento de seus acervos. Dentre os vários recursos disponibilizados pelo *software*, há uma ferramenta que possibilita cadastrar as indicações bibliográficas, específicas de cada disciplina.

No módulo Relatórios, há um campo denominado “Planos de Cursos/ Levantamento Bibliográfico MEC” que, possibilita aos bibliotecários o acesso às informações referentes aos títulos e quantitativo dos livros a serem adquiridos, em consonância com as diretrizes do INEP e com os critérios adotados pela IES (nível desejado na avaliação).

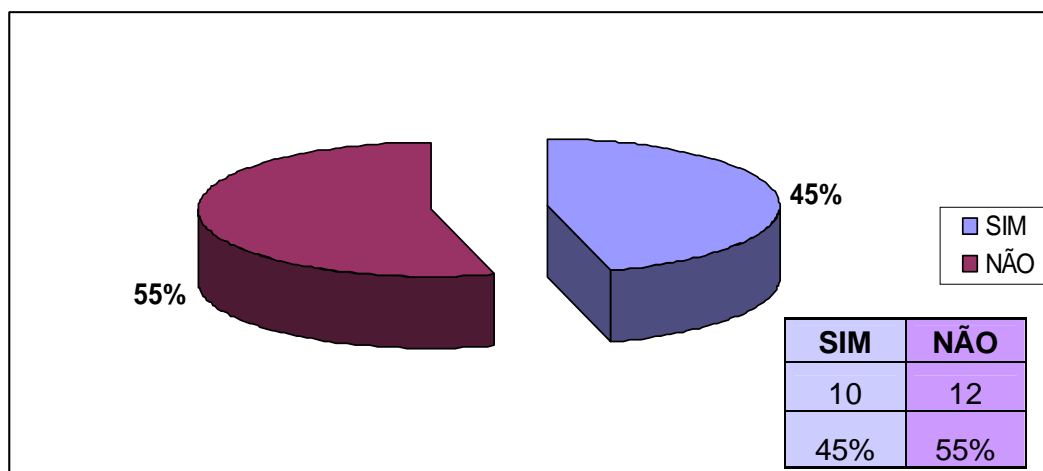
Tais informações poderiam embasar os gestores na administração do acervo, auxiliando-os na seleção, nos levantamentos estatísticos e provendo-os de informações pertinentes ao DC. No entanto, a não implementação desse recurso – cadastramento dos cursos e respectivas disciplinas e relação com as bases de informação acadêmica, administradas pela Superintendência de TI – levou ao resultado de 77% de conhecimento do *link* de acesso à ferramenta por parte dos gestores, mas sem sua utilização. Ante o exposto, pode-se inferir que a decisão para o uso desse recurso envolve dois fatores determinantes: um de ordem técnica, outro de ordem política.

Levando em conta a decisiva função de apoio de uma Comissão de Biblioteca junto aos gestores dessas unidades de informação, elaboramos a pergunta 7, que oferece como resultado a existência delas em 45% das referidas unidades.

---

<sup>16</sup> O software Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas, tendo por finalidade melhorar a qualidade global dos serviços dos usuários, promover a cooperação no tratamento da informação e o compartilhamento de recursos de informação. Disponível em: <[http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/rede\\_conheca.php?ind=1](http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/rede_conheca.php?ind=1)>. Acesso em: 24/04/2014.

**Gráfico 8** – Existência da comissão de bibliotecas nas bibliotecas do SIBI/UFBA



**Fonte:** Elaborado pela autora

As Comissões de Biblioteca têm como uma de suas principais atribuições o apoio ao processo de seleção dos materiais bibliográficos e especiais que irão integrar os acervos. Conforme recomenda a literatura, as comissões devem ser constituídas formalmente e compostas por um grupo interdisciplinar.

No caso específico do SIBI/UFBA, conforme consta em sua PFDC, devem ser constituídas por um professor representante de cada departamento, um professor representante de cada curso de pós-graduação, um discente representante da graduação, um discente representante de cada curso de pós-graduação e o bibliotecário-chefe.

Dentre seus principais objetivos, encontra-se o de assegurar a imparcialidade em todas as etapas do DC e o de manter a política atualizada e alinhada à missão da instituição, o que é validado por Weitzel (2006, p. 39) ao afirmar que “[...] é necessário que a biblioteca pertença de fato e de direito a sua comunidade e a sua instituição, que esteja integrada ao planejamento estratégico da instituição que a mantém”.

Na pesquisa em curso, constatou-se que 45% das unidades possuem comissões de bibliotecas, como dito anteriormente, e mesmo as que declaram tê-las relatam dificuldades em fazê-las cumprir sua função.



Podemos perceber as implicações desse fato nos depoimentos abaixo, coletados durante as entrevistas.

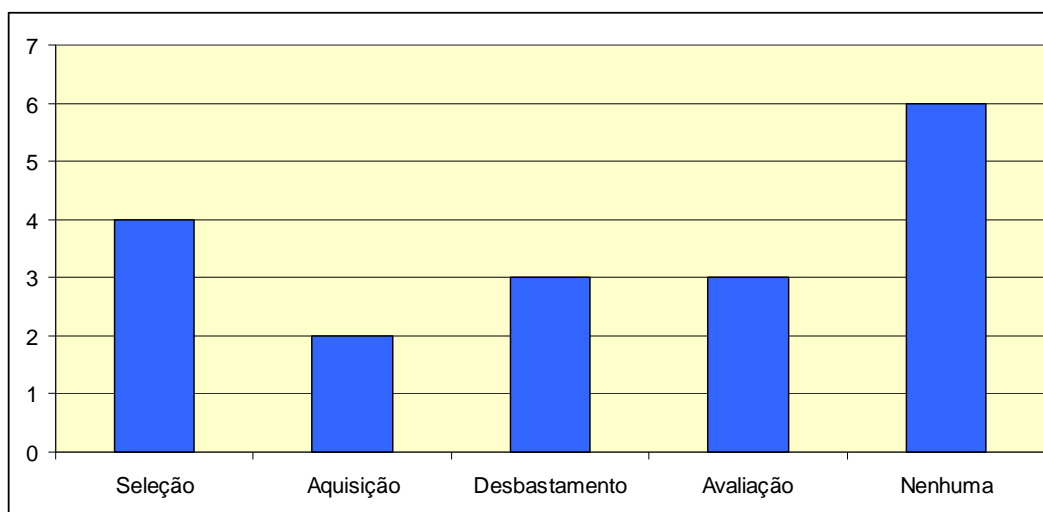
**B2** – “A comissão foi criada. Alguns componentes aceitaram participar quase a contragosto; parece que as questões relativas à biblioteca não são vistas com a seriedade devida. Ainda não consegui reunir o grupo nenhuma vez e acabamos tomando decisões baseadas nas nossas práticas”.

**B6** – “Possuímos uma CB, mas nunca consegui reunir o grupo. Nunca consegui agendar com os integrantes um horário para discutirmos as questões da biblioteca”.

**B12** – “Nunca nos reunimos! Quando comento que precisamos fazer uma avaliação do acervo para desbastamento, sempre tem alguém resfriado ou alérgico a *livros velhos*”.

Os depoimentos citados comprovam que a existência das Comissões de Biblioteca visa atender ao Ofício Circular nº 3 de 2005, do SIBI, que determina a sua constituição em todas as unidades e as suas funções, mas não tem atuado efetivamente.

**Gráfico 9** - Participação da comissão de bibliotecas nas etapas do PFDC do SIBI/UFBA



Fonte: **Elaborado pela autora**

Legenda: Seleção: 4 (22%); Aquisição: 2 (11%); Desbastamento: 3 (17%); Avaliação: 3 (17%); Nenhuma: 6 (33%).

Como demonstrado no gráfico anterior, a participação da comissão de bibliotecas permeia todas as etapas do processo de DC, destacando-se a sua atuação na etapa de seleção.

O processo de seleção tem por finalidade definir um conjunto de normas, critérios e procedimentos para a formação e atualização do acervo. Este processo contempla a tomada de decisão quanto a incorporação ou não de determinado material, propiciando o crescimento racional e de qualidade da coleção, evitando que ela se transforme em um agrupamento desajustado de documentos" (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, p. 8).

Os dados demonstram que, das comissões atuantes, as etapas de seleção com 22%, desbastamento e a avaliação, com 17%, seguida pela aquisição 11%, configuram a importância da CB na formação do acervo.

O fato de 33% dos depoentes afirmarem que a comissão não participa de nenhuma etapa do processo de DC sugere que não há uma cultura consolidada quanto ao papel da biblioteca universitária dentro da academia, tanto por parte dos docentes, quanto dos bibliotecários, conforme propõe Lubisco (2014, f. 5):

Essa função se consubstancia na sua atuação como recurso didático-pedagógico (laboratório de aprendizagem); como plataforma de conhecimento (considerando-a fonte e local de registro da produção técnica e científica da instituição); e como fator de estímulo à formação e desenvolvimento do espírito científico.

Já a questão 8, traduzida no Quadro 5, mostra a forma como os gestores atuam quanto ao DC, em suas respectivas unidades.

**Quadro 5** – Procedimentos adotados no DC das bibliotecas do SIBI/UFBA

BIBLIOTECA	PROCEDIMENTOS	SUGESTÕES	LISTAGENS	DEMANDA DE USO	CATÁLOGOS	PLANOS DE CURSOS
B1	Planos de cursos; demanda, indicações, catálogo		x	x	x	x
B2	Listagens dos prof.; indicações de alunos; biblioteca; planos de cursos;	x	x	x		x
B3	Listagem		x			
B4	Listagens dos prof.; sugestões dos alunos; demanda	x	x	x		
B5	Listagens dos prof.; catálogos; sugestões de alunos	x	x		x	
B6	Listagens dos prof.; Plano de Curso; catálogos; demanda, alunos e professores		x	x	x	x
B7	Listagem dos prof.; Demanda; catálogo; indicações	x	x	x	x	
B8	Listagens dos prof.; indicações de alunos; demanda	x	x	x		
B9	Listagens dos prof.; sugestões de alunos	x	x			
B10	Sem resposta					
B11	Relevância; demanda; indicações professores		x	x		
B12	Listagens dos prof.; demanda		x	x		
B13	Demanda; sugestões de alunos	x		x		
B14	Sem resposta					
B15	Sem resposta					
B16	Indicação de professores e demanda	x		x		
B17	Planos de cursos; demanda, indicações professores e alunos, catalogo	x	x	x	x	x
B18	Indicação dos pesquisadores		x			
B19	Através das listagens (indicação dos pesquisadores)		x			
B20	Indicações de professores e pesquisadores		x			
B21	Indicação dos pesquisadores		x	x		
B22	Planos de cursos					x
	<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

Fonte: Elaborado pela autora

Como resultado da pesquisa e de acordo com as categorias já citadas, Bibliotecas Ideal, Possível e Deficitária, foi criado o infográfico, que possibilita uma melhor visualização do cruzamento das variáveis obtidas na coleta de dados, como pode-se observar a seguir.

Figura 4 - PANORAMA ATUAL DAS BIBLIOTECAS SIBI/UFBA



Quanto ao panorama apresentado, podemos constatar que apenas uma (4%) das bibliotecas pesquisadas está inserida na categoria Ideal, pelo fato de ter respondido afirmativamente a todos os critérios estabelecidos.

Na categoria bibliotecas Possíveis, 14 (64%) delas se enquadram, o que demonstra que os gestores estão se empenhando em torná-las condizentes com sua missão.

Já a categoria bibliotecas Deficitárias, surpreendeu-nos quando 7 (32%) dos entrevistados afirmaram não conhecer nem utilizar nenhum dos critérios estabelecidos e esperados, para que se tenha um parâmetro mínimo de prestação de seus serviços.

Embora saibamos este estudo não ter atingido uma cobertura exaustiva sobre o tema, pode-se considerar, de modo geral, que por parte dos gestores há um desconhecimento sobre o documento da Política do SIBI, sobre os instrumentos do INEP, bem como sobre os aspectos teóricos que embasam a matéria. Também essa análise indica a falta de uma melhor inserção da biblioteca na vida acadêmica, ao tempo que evidencia certo descompasso entre as necessidades da biblioteca quanto ao apoio dos docentes e a efetiva participação deles na vida dessa unidade de informação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas universitárias são organizações complexas, que acompanham a história do conhecimento e da Universidade. Ao longo do seu percurso, foram desenvolvidos procedimentos, serviços e produtos com o propósito de permitir o acesso ao conhecimento e na expectativa de atender às necessidades de seu público, a saber, estudantes, professores e pesquisadores, na busca por informações.

Diante dos paradigmas contemporâneos, as bibliotecas universitárias têm se deparado com questões inquietantes, ocasionadas, entre outros fatores, pelo crescente aumento da produção bibliográfica que teve seu ápice na segunda metade do século XX.

A profusão de publicações disponíveis trouxe consigo questões sobre sua organização, custo e posteriormente adequação ao público ao qual se destina. Assim, a pertinência das coleções e a adequação às demandas dos usuários, como novo paradigma, ocorrem no bojo do advento das tecnologias de informação e comunicação que propiciam o acesso a conteúdos, independentemente da posse.

Nessa percepção, Maria Carmen Romcy de Carvalho, ao apresentar o livro *Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão*, organizado por Nídia Lubisco (2011, p. 9), traduz brilhantemente o que se espera de uma biblioteca universitária: “O equilíbrio desejado entre a disponibilidade e o acesso à informação, as necessidades e exigências dos usuários e os meios necessários à facilitação deste equilíbrio fazem da gestão dessas bibliotecas um processo instigante e desafiador”.

Partindo desse princípio, o objetivo maior do DC passa a ser o de reunir documentos (impressos ou digitais) que contenham a informação e que esta seja empregada para que o usuário alcance um novo estado de conhecimento. Neste contexto, as atividades de seleção, aquisição, ampliação e atualização de acervos passam a ter um papel fundamental no processo de DC. A gestão de acervos individuais deu lugar a processos sistêmicos e a procedimentos integrados e integradores.

Face ao exposto, o presente estudo pretendeu, assim, de mostrar como o DC pode contribuir para os avanços teórico-práticos no desempenho de ações programadas e sistêmicas, oferecendo aos seus usuários, em seu contexto acadêmico, a informação necessária para ampliar seu conhecimento.

Nessa linha de pensamento, a pesquisa teve como objetivo geral analisar como ocorre o processo de desenvolvimento de coleções, na Universidade Federal da Bahia, considerando a ótica de seus gestores; e, como objetivos específicos, caracterizar e identificar o processo de DC do ponto de vista teórico e prático no âmbito das bibliotecas da UFBA, donde se constatou, diante dos resultados apresentados, que ainda não existe uma padronização deste procedimento no SIBI/UFBA.

Ante o exposto e a questão problematizadora, buscou-se identificar o processo de desenvolvimento de coleções no âmbito das bibliotecas da Universidade Federal da Bahia. Considerando que existe um documento da Política em vigor, os resultados evidenciaram a necessidade de atualização dos gestores quanto ao conhecimento a respeito, ao uso e à aplicação da PFDC em seu planejamento, tendo-se a relevância do DC como instrumento essencial de apoio acadêmico-pedagógico aos diferentes programas de ensino e pesquisa da Instituição.

Com isto, pretende-se contribuir para uma gestão mais propositiva e não só eficiente, no sentido de cumprir objetivos, mas eficaz, no sentido de impactar diretamente nos serviços disponibilizados aos usuários, frente a uma gestão que possibilite as bibliotecas cumprirem seu papel de provedoras de informações especializadas e relevantes.

Mediante os dados obtidos no estudo, identificou-se que os critérios utilizados para composição e atualização do acervo nas bibliotecas do SIBI/UFBA não seguem o que estabelece sua Política, demonstrando que não existe uma padronização de procedimentos, levando a que cada unidade adote uma metodologia própria.

Com relação ao documento da PFDC, reitera-se que deve ser revisto e divulgado junto à comunidade, tornando transparente o processo de



formação dos acervos, de modo a integrá-la ao planejamento do SIBI e da Instituição.

Complementando de forma substantiva o que se defende como relevante para o SIBI em matéria de DC, extraímos como uma das questões da fragilidade detectada nesse processo a não utilização do módulo “Relatórios Planos de Cursos/estatística Levantamento bibliográfico MEC”, existente no Pergamum, sistema gerenciador de acervos, utilizado pelo SIBI/UFBA, cuja adoção facilitaria o levantamento bibliográfico necessário aos gestores no desempenho de suas funções.

A contribuição que se espera oferecer com esta pesquisa é a de ressaltar as vantagens que todas as bibliotecas do SIBI/UFBA terão ao utilizar os mesmos procedimentos para o DC, segundo o que estabelece a Política reiteradamente citada e em processo de revisão. Também se pretende destacar o quanto perdemos quando atuamos individualmente, visto que o conceito de Sistema já carrega em si um sentido de interação entre as partes. Não pretendemos apresentar soluções, mas provocar reflexões e discussões sobre o tema, proporcionando um diálogo, em âmbito institucional, que promova uma convergência de intenções e ações, em torno de um desenvolvimento de coleções alinhado às funções das bibliotecas, de modo a apoiar a Instituição no cumprimento da missão social.

Ante o exposto e na perspectiva de que este estudo se reverta em benefício ao Sistema de Bibliotecas da UFBA, uma vez detectada suas fragilidades no que concerne ao desenvolvimento de suas coleções, recomendam-se as seguintes medidas: a mais breve conclusão de revisão do documento sobre a Política; ampla socialização do referido documento, mediante sua apresentação formal e detalhada; capacitação do seu corpo de bibliotecários no que concerne à normativa do INEP sobre as coleções para os cursos de graduação; implementação dos recursos existentes no sistema gerenciador de acervo da UFBA, nos itens relacionados aos processos de seleção e aquisição de material bibliográfico, de modo a assegurar a participação dos docentes na indicação das bibliografias básica e complementar para os cursos, além de outras fontes informativas.

## REFERENCIAS

ABRAMO, Vera Lélia. **O futuro foi há um instante**: as bibliotecas da UFBA na berlinda. Salvador, 2000. 54 f. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Universitária e Qualidade em Serviços) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

\_\_\_\_\_. Bibliotecas em crise. **Universia Brasil**: notícias de atualidade. 2002. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2002/04/25/545002/bibliotecas-em-crise.html>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

ALFINO, M.; PIERCE, L. The social nature of information, *Lib Trends*, v. 49, n. 3, 2001. Disponível em: <[http://serials.unibo.it/cgi-ser/start/it/spogli/dfs.tcl?prog\\_art=8214760&language=ITALIANO&view=articoli](http://serials.unibo.it/cgi-ser/start/it/spogli/dfs.tcl?prog_art=8214760&language=ITALIANO&view=articoli)>. Acesso em: 2013.

ALMEIDA, Maria C. Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

AMARAL, S. A. Gestão da informação e do conhecimento nas organizações e a orientação de marketing. **Informação e informação**, v. 13, n. esp., p. 52-70, 2008. Disponível em: <[HTTP://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1841/1554](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1841/1554)>. Acesso em: 15 jan. 2014.

ANGLADA, Lluís. **DE QUÉ HABLAMOS CUANDO HABLAMOS DE POLÍTICAS DE INFORMACIÓN**. Disponível em: <<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2014/marzo/01.html>>. Acesso em: 15 maio de 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BARBALHO, Regina Célia Simonetti. Planejamento estratégico: uma análise metodológica. **Inf.Inf.**, Londrina, v.2, n.1, p.29-44, jan./jun. 1997. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1608/1363>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

BAUGHMAN, James C. Toward a structural approach to collection development. **College & Research Libraries**, v. 38, n. 3, p. 241, p. 242, 1979.

BESE, Regina Macedo Boaventura. Um breve histórico da avaliação institucional no Brasil. **Revista de Gestão Universitária**, 2007. Disponível em:

<[http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=496:um-breve-historico-da-avaliacao-institucional-no-brasil&catid=100:138&Itemid=21](http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=496:um-breve-historico-da-avaliacao-institucional-no-brasil&catid=100:138&Itemid=21)>. Acesso em: 29 set. 2013.

BERTUCCI, L. M. Seleção: aspecto primordial do gerenciamento da biblioteca universitária no século XXI. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[snbu.bvs.br/snbu2000/docs/PT/doc/t069.doc](http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/PT/doc/t069.doc)>. Acesso em: 3 jun. 2012.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, Ciência, Política Científica: o pensamento de Derek de Solla Price. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 3, n. 2. p. 155-177, 1974.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P. M. (Org.) **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: THESAURUS, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Promove estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em 29 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 2013.

BURKE, Peter. 2003. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. In: MUELLER, Suzana P. M. (Org.) **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: THESAURUS, 2007.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Fortaleza, CE: Brasília, DF: UFC, ABDF, 1981. 71 p. (Biblioteconomia ; 1)

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de; KLAES, Rejane Raffo. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: proposta de

metodologias e estatísticas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 7, 1991, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. p. 1-22.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de; KLAES, Rejane Raffo. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: proposta de metodologias e estatísticas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 7, 1991, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. p. 1-22.

CENDÓN, Beatriz Valadares. **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CORRALL, Sheila. The concept of collection development in the digital world. In: FIELDHOUSE, Maggie; MARSHALL, Audrey. (Ed.). **Collection development in the digital age.** London: Facet, 2012. p. 3-25.

COGSWELL, James A. The organization of collection management functions in academic research libraries. **Journal of Academic Librarianship**, v. 13, n. 5, p. 269-271, 1987.

COUTINHO, Kênia Raupp. **Avaliação de acervos bibliográficos de bibliotecas universitárias:** pesquisa avaliativa na biblioteca do IF-SC, campus Florianópolis/Continente. 2010. 79 f. Monografia (especialização) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciência Humanas e da Educação, Especialização em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã:** o ensino superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros:** presente, passado e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAVOK, Delsi Fries. **Modelo de meta-avaliação de processos de avaliação da qualidade de cursos de graduação.** 2006. 272 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elisabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos: tendências nacionais e internacionais. **Encontros Bibli:** Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 17, n. 34, p.42-56, maio-/ago., 2012

EDUVIRGES, Joelson Ramos. **O processo de formação e desenvolvimento de coleções da biblioteca central da universidade estadual do Piauí.**

Trabalho apresentado no Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação e Ciência e Gestão da Informação, 2012.

Disponível em:

<<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/artigo%20de%20Desenvolvimento%20de%20cole%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

EVANS, Edward, G. *Developing Library and information Center collection.* Englewood: Libraries unlimited, 2000.

\_\_\_\_\_. *Developing library collections.* Littleton: Libraries Unlimited, 1979.

ESCARPIT, Robert. 1976. **A revolução do livro.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1976.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções.** 2. ed. Brasília, DF: Thesaurus, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estudos de uso e usuários da informação.** Brasília: IBICT, 1994. 154 p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e avaliação de coleções.** Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993

\_\_\_\_\_. Seleção de livros. In: MACHADO, Ubaldino Santos (Ed.). **Estudos avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Brasília, DF: ABDF, 1982. v. 1, p. 1-48.

FLICK, Uwe. **Uma introdução a pesquisa qualitativa.** 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, J J S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: Editora Universidade Estadual do Ceará. 2002.

FREITAS, André L. P.; BOLSANELLO, Franz M. C.; VIANA, Nathália R. N. G. **Avaliação da qualidade de serviços de uma biblioteca universitária: um estudo de caso utilizando o modelo Servqual.** Ci. Inf., Brasília, v. 37, n. 3, p. 88-102, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n3/v37n3a07.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. RAE - **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29. mai./jun. 1995.

GÓIS, Maria Josineide Silva. **Mensuração de desempenho nas organizações**: a gestão de indicadores na biblioteca de Ciências Humanas da UFC. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2009

GUEDES, Vânia Lisboa da Silveira. A bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 74-109, ago. 2012.

GUINCHAT, C.; MENO, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: MCT/CNPq/IBICT/ Fundação Banco do Brasil, 1994.

INEP. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 2012-2014

INEP. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: presencial e a distância. Brasília, DF: INEP, 2012. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2012/instrumento\\_com\\_alteracoes\\_maio\\_12.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2012.

INEP. O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO SUPERIOR (SINAES). Oficina de capacitação do INEP para o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e Conselhos Regionais de Biblioteconomia. Brasília, jun. 2013. Não publicado.

JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

JOHNSON, Sharon et al. **Cuestiones clave para el desarrollo de colecciones con recursos electrónicos**: una guía para bibliotecas. [s.l.]: IFLA, 2012.

KLAES, Rejane Raffo. Sistema de informação gerencial para desenvolvimento de coleções. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 220-28, jul./dez. 1991.

KLAES, Rejane Raffo. **Dados e informações usados na tomada de decisão em bibliotecas universitárias brasileiras**: o contexto da atividade de desenvolvimento de coleções. 1991. 271 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LEITAO, Barbara Julia menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa bteca universitária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: interciencia, 2005.

LEITE, Rita da Silva; PAIVA, Eliane Bezerra. Cooperação/compartilhamento de recursos informacionais: desenvolvimento das coleções. **Biblionline**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/viewFile/597/435>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

LEMOS, Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. (Orgs.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

LITTON, Gaston. 1975. **O livro e sua história**. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1975.

LUBISCO, Nidia Maria Lienert. **Relatório de pesquisa desenvolvida durante o estágio pós-doutoral, na Universidad de Salamanca (ES)**. Salamanca, 2014. Não publicado.

\_\_\_\_\_; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico**: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 5. ed. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2013.

\_\_\_\_\_.; MORAES, Lia Terezinha L. P. de. *Banco de informações gerenciais (BIG)*. Salvador, 2012. 1 CD. Trata-se de um protótipo para avaliação de biblioteca universitária, em versão preliminar.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Biblioteca universitária**: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador: EDUFBA, 2011.

\_\_\_\_\_. A biblioteca universitária brasileira: um modelo para avaliar seu desempenho. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 153-199, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2671>>. Acesso em: 16 set. 2012.

\_\_\_\_\_. *La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña: evolución y propuesta de mejora*. 2007. 405 p. Tesis (Doctorado en Documentación) - Universidad Carlos III de Madrid, Getafe, 2007.

\_\_\_\_\_. ; ROSA, D. L. . A biblioteca universitária e o processo de avaliação pelo MEC: alguns elementos para o planejamento de sua gestão. In: Othon Jambeiro; Henriette Ferreira Gomes; Nidia M. L. Lubisco. (Org.). **Informação: contextos e desafios**. Salvador: Instituto de Ciência da

Informação. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2003, v. 1, p. 65-84.

\_\_\_\_\_. **A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA.** 2001. 300 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações.** Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MCKITTERICK, David. 2000. **A biblioteca como interação: a leitura e a linguagem da bibliografia.** In: BARATIN, Marc, JACOB, Christian. O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2010.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In: **Caderno de saúde pública da Escola nacional de Saúde Pública da Fiocruz.** Rio de Janeiro: Fiocruz, jul/set. 1993

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2007. Disponível em: <[www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=12783](http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=12783)>. Acesso em: 1 mar. 2012.

Miranda, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 01-19, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/viewFile/367/246>>. Acesso em: dez. 2012.

MILANESI, Luis. 1983. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/90142519/ANALISE-DE-CONTEUDO>>. Acesso em: abr. 2013.

NEGRETE, Maria Carmen. El papel del bibliotecólogo en el desarrollo de colecciones en la biblioteca universitária. **Investigación Bibliotecológica: archivología, bibliotecología e información**, Cidade do México, v. 7, n. 4, p. 5-7, 1993.



OLIVEIRA, Joelma Gualberto de. **Processo de avaliação do INEP/MEC de bibliotecas universitárias pertencentes às instituições de educação superior privadas de Belo Horizonte/MG**. 2010. 281 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2010.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: **a educação superior no Brasil**. Maria Susana Arosa Soares (Coord.). Porto Alegre: Brasil, 2002.

REIS, Lisianne de Cássia Martins dos. **Modelo de avaliação de estoques informacionais de bibliotecas universitárias**. 2007. 125 f. Monografia (graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de Biblioteconomia, Florianópolis, 2007.

ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo B. da. **Documentação de hoje e de amanhã**. Brasília, DF: J. Robredo, 1986.

RODRIGUES, Kátia de Oliveira. **Mudanças nas práticas de desenvolvimento de coleções de periódicos científicos nas bibliotecas universitárias brasileiras**. 2008. Mestrado (Dissertação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ROWLEY, Jennifer. Libraries and the electronic information marketplace. **Library Review**, Bradford, Inglaterra, v. 45, n. 7, p. 6-18, 1996.

SALMERON, Roberto. **Universidade interrompida: a Universidade de Brasília, 1961-1965**. Brasília: Ed. UNB. 1998.

SANTANA, Isnaia Veiga. **Propostas para a modernização da biblioteca de comunicação da UFBA**. Salvador, 1994.

SANTOS, Regina Maria Duarte Moreira dos; ARELLANO, Miguel Angel Márdero. Bibliotecas universitárias e periódicos eletrônicos: novas possibilidades no gerenciamento da produção científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias, 2006.

SCRIVEN, M. **Evaluation thesaurus**. 4. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosevelt Lins. 2010. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão [em linha]**. jul./dez. 2010, v. 16, n. 2. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16023>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

SILVA, Larissa da Costa e. **Diretrizes para a política de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas escolares**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA – SIBI/UFBA**. Salvador, 2014. Folder.

\_\_\_\_\_. **Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do SIBI/UFBA**. Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.sibi.ufba.br/sites/default/files/Politica%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Desenvolvimento%20Colecoes.pdf>>. Acesso em: 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2012-2016**. Salvador. Dez. 2012. p. 11. Disponível em: <[https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba\\_2012-16\\_0.pdf](https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16_0.pdf)>. Acesso em: 20 maio, 2013.

\_\_\_\_\_. **Regimento do Sistema de Bibliotecas**. Salvador. Dez. 2012. Disponível em: <[https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba\\_2012-16\\_0.pdf](https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16_0.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Biblioteca Central. **Regimento Interno**. 1994.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Construção de conhecimento científico. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005.

VALLS, V. M.; VERGUEIRO, W. C. S. A gestão da qualidade em serviços de informação no Brasil: uma revisão de literatura. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 47-59, jan./jun. 1998.

VERGUEIRO, Waldomiro; CARVALHO, Telma de. Definição de indicadores de qualidade: a visão dos administradores e clientes de bibliotecas universitárias. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 27 - 40,

jan./jun.2001. disponível em:  
<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/435/245>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22, n.1, jan./abr. 1993. Não paginado. Disponível em:  
<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1208/849>>. Acesso em: 3 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 24, n. 3, p. 179-190, set./dez. 2012

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002. Disponível em:  
<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414/227>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006. p. 18

\_\_\_\_\_. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Ideia, 2009. p. 1900-1919.

WRIGHT, Peter L.; KROLL, Mark J; PARNELL, John. **Administração estratégica**: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

## APÊNDICE

**Apêndice A** - Questionário destinado aos bibliotecários(as) gestores(as) do SIBI/UFBA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Prezado(a) Bibliotecário(a)

Este questionário tem como objetivo analisar a gestão das coleções das bibliotecas da UFBA, no seu processo de desenvolvimento de coleções e foi elaborado com o objetivo de coletar informações que contribuirão com a pesquisa de mestrado em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA), intitulada “Desenvolvimento de Coleções: uma análise do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia”.

Desde já agradeço a sua contribuição que muito acrescentará à minha pesquisa. Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo (Mestranda)  
[hazevedo@ufba.br](mailto:hazevedo@ufba.br)

Nídia Maria Lienert Lubisco (Orientadora)

## QUESTIONÁRIO

**1 - Você tem conhecimento do documento referente à política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas do SIBI/UFBA?**

- Sim
- Não

Em caso positivo, você consegue utilizá-lo?

- Sim
- Não

Em caso negativo, por que você não utiliza?

---

---

---

**2 - Quais as etapas da Política do Desenvolvimento de Coleções do SIBI\UFBA você utiliza em sua biblioteca?**

- Seleção;
- Aquisição;
- Desbastamento;
- Avaliação;
- Nenhuma.

**3 - Como é feita a indicação de títulos/obras para aquisição de acervo, de modo a atender as demandas dos cursos em sua biblioteca?**

- Os professores indicam os títulos à biblioteca;
- Os alunos indicam os títulos à biblioteca;
- O(a) bibliotecário(a) com base em sua experiência, indica os títulos ao SIBI;
- O(a) bibliotecário(a) levanta a bibliografia indicada nos planos de cursos.

**4 - Você tem acesso aos Planos de Cursos?**

- Sim
- Não

**5 - Com base nas indicações de títulos recebidas, você aplica os quantitativos do INEP?**

- Sim  
 Não

Em caso negativo que critério você adota para estabelecer os quantitativos de exemplares por títulos?

---

---

---

---

**6 - No Sistema Pergamum, você conhece e utiliza o item Planos de Cursos/Levantamento Bibliográfico MEC”?**

- Sim, conheço e utilizo;  
 Sim, Conheço e não utilizo;  
 Não conheço.

**7 - Existe comissão de bibliotecas em sua unidade?**

- Sim  
 Não

Em caso afirmativo, a comissão participa de quais etapas do processo de desenvolvimento de coleções?

- Seleção;  
 Aquisição;  
 Desbastamento;  
 Avaliação;  
 Nenhuma das alternativas

**8 - Descreva os procedimentos que você adota no desenvolvimento de coleções de sua biblioteca.**

---

---

---

---

**Muito Obrigada!**